

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAN OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A "CASA DA AGRICULTURA" — Sede da Sociedade Nacional de Agricultura. Quando esta revista estiver circulando, já terá a estrutura em concreto armado, que se vemus no 6.º andar, (foto de 18.1.2811), alcançada na etapa final — o 9.º pavimento.

A Comissão de Obras entregou esta importante tarefa à conceituado firma "Cavalcanti Junqueira S.A.", estabelecida no Rio de Janeiro à Avenida 13 de Maio n.º 23 — 10.º andar — e responsável por outras numerosas obras de vulto não só nesta Capital com em várias Estados da União.

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
JANEIRO - FEVEREIRO, 1931

ANO LIV

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Secretário	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIóGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÂTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

**Conselho Federal do Comércio Exterior** (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Co-

**missão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Vago; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LV

JANEIRO - FEVEREIRO 1951

## Papel do Comercio na Economia

*A generalização da concorrência, em nosso século, operou completa transformação na situação econômica dos povos sob o ponto de vista agrícola. Deve-se atribuir, como uma das razões principais, senão como a preponderante, ao melhoramento sensibílissimo dos meios de comunicação. A área de concorrência de uma mesma produção dilatou-se consideravelmente; e, teria trazido uma metamorfose ainda mais poderosa para todo o mundo, se da diferença de clima e de outras condições naturais não particularizassem a produção.*

*Ora, semelhante concorrência, se se tornou vantajosa, fazendo desaparecer a fome e a miséria pelo estabelecimento do intercâmbio comercial, também deu lugar a métodos adiantados de comércio e à ruína dos povos em que o custo da produção se tornou por demais oneroso. As idéias fundamentais da teoria econômica de Thunen, dominam a questão de que já tratámos: "Quanto menor o valor de um produto, tanto mais perto do mercado precisa ser produzido, porquanto, em caso contrário, os custos de transporte se tornariam por demais pesados. Por outro lado, quanto maior o valor de um produto, tanto maiores despesas suportará e poderá por isso ser produzido em distância maior."*

*A política aduaneira dos nossos dias surgiu como recurso de que lançam mão os povos menos aparelhados para a luta comercial. Não há, por certo, da nossa parte, sectarismo, por acharmos como admissível qualquer das duas correntes (livre-cambismo ou proteccionismo) somente debaixo de justo meio termo. E' aconselhável o proteccionismo, por exemplo, sob a forma de impostos módicos e temporários, visando a transformação industrial ou os métodos de cultivo de um dado produto, desde que se tenha em vista permitir novamente a sua entrada na concor-*

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

*rência com possibilidade de sucesso. Mas, no geral, a proteção que deveria atingir um único gênero, em breve se estenderia a outros, frustrando por completo a medida, quando não permaneça eternamente o imposto. Desenha-se-nos, em toda a sua plenitude, o problema que aos homens de governo compete solucionar ou ter como constante preocupação: a conquista de mercados.*

*Denomina-se mercado de um produto, à possibilidade de venda desse produto. Agora, o mercado pode ser vantajoso e extenso. Vantajoso, se a venda permite lucro; extenso, se há facilidade em ser colocada grande quantidade de produtos. Só há mercados vantajosos para os produtos que correspondam a necessidades e aos quais os compradores estão em condições de comprar. Os objetos de luxo não encontram mercado entre as populações que não possuam capacidade aquisitiva. Não é suficiente que se produza produtos de consumo fácil, mas que esta produção seja de baixo preço, para evitar a concorrência. A escolha criteriosa de produções, que estejam em harmonia com as condições naturais do país com a aptidão dos seus habitantes, suas tradições, facilitando uma exportação abundante, barata e sem a perspectiva de concorrentes temerosos, é uma questão de incomparável valor para o seu futuro. Resta-nos considerar um outro elemento indispensável para a seguridade na conquista de mercados: a organização da venda. Sinteticamente, a conquista de consumo para os produtos reside no preço de venda e na sua organização. Não basta saber produzir, é preciso colocar a produção.*

Como seja o valor para um dado objeto um único num mesmo mercado, segue-se que o lucro será tanto maior quanto menor o preço por que pudermos vendê-lo. A organização da venda, pela diminuição dos intermediários entre o produtor e o consumidor, dará também motivo para alcançar-se um melhor preço médio para os produtos. O papel das cooperativas agrícolas, pode tornar-se altamente benéfico. O século XX é o século da associação (De-liège). Julgo, até certo ponto dispensável entrar em largas explanações, que venham corroborar o que está no domínio de todas as inteligências cultas, quanto à influência do alto comércio consciencioso e inteligente, como forte veículo para o progresso da humanidade. Modernamente, os comerciantes são admitidos como diretores e organizadores da produção. Reunindo os produtos, colocando-os acessíveis ao consumidor, evitar o comércio o desperdício de tempo e favorece as transações.

Quando assente em normas severas, goçando os elementos que o compõem de prestígio intelectual, o comércio transforma-se num fator de relevância notável, trazendo um contingente poderoso de riqueza para qualquer nacionalidade. Historiar o seu evoluir, descrever com minúcias suas etapas, assinalando pari passu os sucessivos degraus de ascensão de cada povo, seria missão fastidiosa e sem maior importância neste trabalho. Basta dizer que a expansão comercial, nos nossos dias, não se restringe mais à mera colocação de produtos dentro de uma esfera acanhada; porém, consubstancia hoje, assunto de altas cogitações diplomáticas. As veleidades internacionais, as crises sociais, refletem, em alto grau, a função que compete aos governos de propugnar pela dilatação comercial, cabendo ao comércio o elevado papel de cooperador no soerguimento dos agrupamentos humanos.

Com as restrições comerciais levantadas entre os países, chegou-se à situação atual, de adoção do regime de cotas e outras sutilezas dos tratados comerciais e o controle das operações de câmbio.

Achamo-nos numa fase muito complexa de comércio internacional. É preciso estejamos atentos no amparo ao mercado interno, evitando que se criem compartimentos estanques entre Estados e Municípios, no País, por meio de impostos e taxas, que oneram e chegam a impedir a

circulação dos produtos oriundos da agricultura.

A guerra moderna é a guerra do comércio, é o choque cada vez mais intenso dos interesses deste ou daquele país, procurando cada qual preponderar na estatística da exportação. Nosso surto econômico não se fará — julgamos até mesmo ocioso dizê-lo — sem que num ambiente social desenvolvido, se elevem também o nível intelectual e moral do comércio. O valor dos gêneros, como é sabido, provém das relações entre a oferta e a procura, e é de acordo com esta lei econômica importantíssima, que se infere do progresso industrial e comercial de uma nação. É bem de ver qual não seja o papel meritório do comércio, evitando pela continuada procura de novos mercados, o funesto desequilíbrio entre a corrente produtora e a consumidora. A péssima organização do mercado do nosso país, ao lado de quase sempre taxas alfandegárias exageradas, a título de protecionismo, acarreta dificuldades quase insuperáveis de vida de que qualquer um poderá dar testemunho insuspeito.

Não raramente, devido à insuficiência do nosso mercado, ou à sua má distribuição, somos obrigados a despesas involuntárias e consideráveis. É muito comum ficar-se na falta de um dado objeto ou sujeitar-se à exorbitância de um outro, às vezes desnecessário. Paga-se um verdadeiro imposto de graça, como com muita propriedade já li algures.

Tôda força precisa ser concentrada para produzir os seus efeitos mais salutares, é um dos enunciados verdadeiros em mecânica e que encontra aplicação entre as sociedades humanas.

O desenvolvimento material e mesmo intelectual de um povo, pode-se aquilatar pelos seus grandes centros constituídos pelo comércio e pela indústria; dando lugar à vida social com todo o cortejo de necessidades e o fulgor, onde toda atividade se ampliará, representada por indivíduos de diversos matizes, assumindo o capital as formas mais variadas de ação. Não há dúvida que seja a sociedade a criadora dos hábitos, a formadora da civilização, preexistindo um centro, a pouco e pouco desenvolvido e constituído pela multiplicidade de indústria. O Brasil conta com uma privilegiada posição geográfica, numa superfície territorial espetacular, restando-lhe para firmar o seu futuro eco-

nômico: facilitar a produção, permitindo a diminuição do seu custo pelos novos métodos de trabalho, e pela viação fácil no interior, enquanto que o comércio se irradiando de fortes centros, invadirá as praças estrangeiras.

Não será, sem dúvida, a presença de muitas transações, realizadas através de uma multidão de intermediários, que ve-

nha significar a pujança econômica de um povo.

Por intermédio da instrução, principalmente, carecemos erguer cada vez mais a capacidade intelectual dos nossos comerciantes, fazendo-os operários conscientes do nosso progredir econômico e social, despertando-lhes a perspectiva de um futuro mais grandioso.

**Há coisas que requerem tempo...  
Mas a engorda com SUINOVITA  
é imediata!**



RAÇÕES PRENSADAS

**SUINOVITA**

MOINHO FLUMINENSE S. A. — AV. PRESIDENTE VARGAS, 463

Seção Rações Balanceadas - Tel. 23-1820 — Rio de Janeiro

# Financiamento Agrário e venda da Produção na fôlha no médio São Francisco

Por João Gonçalves de Souza

Um dos problemas mais sérios a entravar o progresso de nossas populações rurais diz respeito ao financiamento da produção. O agricultor brasileiro pode dizer que ainda não teve um sistema de crédito adequado às suas legítimas necessidades. O melhor crédito atualmente existente, o que lhe oferece a Carteira especializada do Banco do Brasil, esse mesmo é caro e difícil, especialmente quando o seu tomador em potencial — o nosso homem rural — é atrasado, tecnicamente limitado e sem ambições. A não especialização do crédito, de um lado, e a ausência de preparo do agricultor para utilizá-lo, de outro, faz com que o financiamento agro-pastoril no Brasil não atenda às necessidades produtivas do País e não exerça junto à classe dos pequenos e atrasados produtores — que é a maioria absoluta — a mais leve influência.

A região ora objeto de análise no Médio S. Francisco traduz, como nenhuma outra do País, o que se acaba de dizer.

Façamos considerações mais detalhadas quanto ao problema, examinando-o à luz dos elementos por nós colhidos no local, há mais de um ano atrás.

Nos cinco municípios por nós percorridos, em três deles encontramos agências regulares de Bancos em pleno funcionamento: Januária, Barreiras e Barra.

Em Januária, Minas, além de "correspondentes" de três diferentes instituições de crédito, achámoas duas Agências Bancárias: uma do Banco do Brasil e outra do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

A Agência do Banco do Brasil é relativamente recente e, em Januária, tem operado exclusivamente com a pecuária. A lavoura, em si, não recebeu, até agora, um nível sequer do Banco do Brasil.

Mesmo no setor da pecuária, segundo dados obtidos aqui no Rio, o movimento é ainda limitado: somente havia, à época de nossa estada na cidade, 55 contratos pecuários, dos quais 27 normalmente liquidados e os 22 caídos, em regime de moratória. Do total dos empréstimos levantados, tantos quanto 28, ou seja, pouco mais da metade, deviam cerca de 2 mil e quinhentos contos, o que dava uma média de 90 contos para cada empréstimo. Esse número dos criadores financiados é, porém, tanto menor quanto sabemos que a Agência do Banco sediada em Januária serve não somente a este município, senão também aos de Manga, São Romão, São Francisco e Carinhanha, todos sob a jurisdição do primeiro.

É oportuno lembrar ademais que, para esse insignificante movimento financiador de uma atividade tão fundamental a toda a região como é a pecuária, contribui o critério do Banco de só emprestar dinheiro aos criadores que tenham o seu rebanho cercado, o que facilita a vistoria dos gados. Como a criação à solta, no regime ultra-extensivo, é a prática usual fruto aliás de uma tradição dos profissionais de todo o S. Francisco, o Banco restringe, ao máximo, o seu raio de ação. Limita-se

a atender à procura de uns poucos criadores, geralmente os mais progressistas, aos quais adianta importâncias para a criação em si ou para a recria e engorda de animais.

A Agência do Banco Agrícola e Hipotecário, por já vir operando há mais tempo, é melhor conhecida dos agricultores, razão por que vem sendo por estes procurada com maior frequência, para fins de empréstimos agrícolas. Na prática, só têm acesso a ela, porém, os proprietários financeiramente seguros, os agricultores possuidores de terras. Daí que, conforme veremos parágrafos adiante, a maioria dos pequenos e médios produtores se vê compelida a tomar dinheiro sob empréstimo a qualquer negociante de gêneros alimentícios. Por isto disse-nos alguém — que em Januária todo mundo é banqueiro.

Em Barreiras, na Bahia, a situação é idêntica à de Januária, no que se refere ao problema do crédito rural. A agência local do Banco do Brasil tem jurisdição sobre 5 municípios de Goiás e 8 da Bahia, assim enunciados: Barreiras (sede), Angical, Cotegipe, Correntina, Santa Maria e Santana do Brejo, todos na Bahia, e São Domingos, Arraias, Dianópolis, Natividade e Taguatinga em Goiás. Abrange, pois, área total igual a 119.212 km<sup>2</sup>.

A agência foi instalada em 1943, tendo realizado cerca de 20<sup>0</sup> contratos rurais (agricultura e pecuária) no valor de 10 mil contos. No mesmo período de tempo a agência realizou operações no total de 70 mil contos, em empréstimos não-rurais, o que evidencia que as atividades comerciais e industriais receberam do Banco do Brasil, em Barreiras, recursos sete vezes mais fartos do que os destinados à produção rural, não obstante ser o município eminentemente pastoril e agrícola. Apesar de haver, como nos informou o Sr. agente local, maior procura de dinheiro por parte do pequeno produtor, o Banco opera em escala mais ampla no setor da pecuária que lhe oferece maior garantia.

Aí está a principal razão por que, independentemente do município, o produtor rural do polígono estudado se vê forçado a amarrar-se financeiramente aos atacadistas dos povoados, vilas e cidades. Assim, as dificuldades oriundas de sua ocupação mesma crescem ainda mais de significação, em virtude da quase inexistência de dinheiro para adiantamentos, em condições vantajosas ou razoáveis.

A venda na fôlha a seguir descrita é a consequência natural da situação que acabamos de focalizar.

## VENDA NA FÔLHA

O lavrador precisa de recursos financeiros para preparar os roçados, brocá-los, queimá-los, cercá-los, fazer o plantio, a capina e a colheita. Não tendo guardado, da safra anterior, nada que possa ajudá-lo

no novo ano de trabalhos, e precisando de viver com a família, não lhe resta outro recurso senão bater à porta do atacadista de gêneros da cidade ou do chefe político de seu agrado. Dêste, então, recebe dinheiro para, na colheita, pagar o débito em produção, em condições previamente estabelecidas. Ouvimos falar, por exemplo, que o prefeito de São Romão controla quase todo o comércio do município. Só recentemente apareceram ali concorrentes seus, circunstância esta que, sozinho, bastou para que o algodão, que antes o lavrador lhe entregava a Cr\$ 16,00 a arroba, dobrasse de preço.

Onde a prática da venda na fôlha é mais comum é nas áreas produtoras de cana de açúcar, algodão e cereais.

Em Barra, Bahia, por exemplo, o arranjo se processa dêste modo: o lavrador pede ao comerciante determinada quantia em dinheiro, dois ou três meses antes de colher o seu produto. Geralmente firma o compromisso à base de Cr 50,00 para cada carga de rapadura (1) a ser entregue na safra, que é de Abril para Junho. O preço é feito na hora do empréstimo, e quem o estabelece é, no geral, o credor. O devedor se obriga a entregar o produto independentemente do preço por que esteja na época da safra. No caso da rapadura, a carga vendida por Cr\$ 50,00, seis meses antes, na safra estará valendo de Cr\$ 120,00 a Cr\$ 150,00, e a entrega terá de ser feita na base do contrato firmado. Em 1948, o município de Barra produziu 2.368 toneladas de rapadura. Cultiva-se a cana nos brejos e baixios distantes da cidade. São os pequenos rapadureiros, cada qual produzindo, em média, de 10 a 15 cargas. Cerca de 80% da produção total de rapaduras do município vem desses pequenos brejeiros e sítiantes, a metade dos quais, invariavelmente, toma dinheiro por adiantamento para tanger suas humildes atividades rurais.

Estes rapadureiros são pequenos proprietários de terras ou arrendatários, possuindo instalações em seus sítios no valor nunca superior a Cr\$ 3.000,00. Quando de nossa passagem por Barra havia, relacionados na Agência de Estatística, 191 desses pequenos rapadureiros.

O caso em Barreiras não difere substancialmente do já descrito para Barra. Quando tivemos ocasião de estudar o problema da terra em Barreiras, dissemos que até 15 quilômetros do centro da cidade as terras pertenciam a latifundiários, geralmente criadores. Depois, as áreas se subdividiam em glebas, no geral inferiores a 20 ha. Aqui está a terra do chamado agregado onde planta algodão, milho, mamona, feijão e arroz. Se a terra não lhe pertence, então, mediante contrato verbal, êle a arrenda ao patrão, pagando-lhe metade do que colher. A outra metade, que lhe devia tocar, o agregado também entrega ao patrão, em pagamento do financiamento recebido. Se, porém, por qualquer motivo, não pode solver êste compromisso, fa-lo-á o agregado em dobro no ano seguinte. Mais ainda: se o agregado ou colono não pode solver o débito no novo prazo sob as novas circunstâncias, ou cairá no regime da insolvabilidade crônica, ou arribará com a família na direção de Goiás ou São Francisco acima. O financiador, invariavelmente residente na cidade de Barreiras, durante muitos anos, alimentou êste comércio de escravidão, notadamente quanto ao algodão, milho e rapadura, até o instante em que ali

chegaram os "irmãos parajbanos". Trata-se de dois rapazes progressistas, oriundos da Paraíba e que introduziram naquele meio processos mais humanos de comerciar.

Pessoa estranha ao comércio local forneceu-nos os seguintes dados que bem caracterizam a praxe que regula o comércio da produção rural do município de Barreiras.

#### DIFERENÇA DE PREÇOS DE 3 PRODUTOS AGRÍCOLAS DE BARREIRAS, TOMADOS NA ÉPOCA DA VENDA DA PRODUÇÃO E NA DA

##### ENTREGA AO FINANCIADOR

Produtos	Preços à época do financiamento (Venda na fôlha)		Preços na época da colheita ou entrega		% de diferença nos preços
	Medida	Preço em Cr\$	Preço em Cr\$		
Arroz	Quarta de 50 litros	20,00	50,00		250
Milho	Quarta de 50 litros	10,00	30,00		300
Algodão	Arroba de 16 litros	9,00	30,00		330

Fonte: — Informações colhidas no local.

O quadro é muito expressivo para pedir maiores esclarecimentos. Ele simplesmente mostra que o pequeno e o médio lavrador de Barreiras vendem o resultado de seu trabalho por preços 300% abaixo daquele pelo qual o mesmo produto, 3 a 6 meses depois, é vendido nas feiras e no comércio regular. Êste fato, que é comum e é histórico, responde, em grande parte, pelo atraso e pelo ínfimo nível material e cultural de vida dessa gente.

Santa Maria e Santana do Brejo, no Alto Rio Grande, são municípios rapadureiros por excelência. Neles, especialmente no primeiro onde estivemos, metade dos plantadores de cana tem suas safras vendidas na fôlha a comerciantes da cidade. O entendimento se faz como se segue: o produtor toma emprestado ao comerciante mil cruzeiros por seis meses. Recebe, v. g., a quantia em Outubro, período das águas, para pagar de Maio a Setembro, período da safra. O comerciante, além de cobrar do produtor 2% ao mês sobre a importância adiantada, recebe a rapadura das mãos do brejeiro a preço inferior de Cr\$ 0.20 por unidade. Êste, o brejeiro, como precisa do dinheiro, se sujeita e faz o negócio, pois não há agência bancária ou cooperativa de crédito em seu meio. Quanto mais fraco e ignorante o lavrador, informaram-nos, mais prejudicado. Assim também se faz em Santa Maria, Santana do Brejo e Correntina, ou seja, em toda a zona canavieira.

Mas não é só. O lavrador pode preferir, ao invés de vender o seu produto na fôlha, tomar emprestado, a juros, o dinheiro de que necessita. Nesse caso a regra é esta: como o banqueiro não pode, legalmente, emprestar a mais de 12% ao mês, o devedor recebe, digamos, Cr\$ 1.500,00 e dá recibo de Cr\$ 2.000,00. Acontecendo que o lavrador não possa resgatar, na época estabelecida, o que recebeu, haverá, em consequência, o que na gíria local se chama o "juro a dobro", isto é, o pagamento no ano seguinte, com juros dobrados de quantias não pagas ou juros triplicados depois do segundo ano, e assim por diante. Muitos pequenos proprietários perderam suas terras por êsse meio, centenas de propriedades ficaram apenadas ao imprevisto banqueiro da cidade, o comprador de rapaduras. A praxe é vulgarizada e a quase totalidade dos rapadureiros a adota em maior ou menor proporção.

(1) — Uma carga de rapadura tem 50 unidades de 1.500 gramas cada.

“O que mais admira nestes pequenos lavradores é a honestidade”, disse-nos um comerciante do lugar. “Vendi num ano, continuou, em Santana dos Brejos, 86 contos fiados, de mercadorias. Tudo eram continhas miúdas. Perdi somente Cr\$ 70,00 e isto mesmo porque o homem foi embora p’ra S. Paulo. Moisés, no distrito de S. Gonçalo em Santana do Brejo faliu. Mas está hoje vivendo dos fiados que lhe ficaram vivendo. Eu mesmo fui agente de vendas para aqueles três municípios da firma “Caribé S. A.”, com sede em Januária. Compradores assinaram para mais de 400 títulos; no entanto, não tive nenhum protestado”.

Em Cotegipe e Angical, na mesma região, o problema do financiamento rural apresenta aspectos semelhantes.

Meia dúzia de comerciantes, operando das sedes municipais, financiam os chamados “centros” em Dezembro, para a colheita esperada em Março do ano subsequente. “Centros” são o nome por que são conhecidas as zonas de produção de Cotegipe e Angical, denominação oriunda do fato de os produtores de cereais e os criadores de suínos (esta é uma região altamente produtora de banha de porco) trabalharem e residirem dentro da mata, 10 a 30 quilômetros distantes do Rio Grande ou de seus portos e centros de comércio. Geralmente, não há documentos legalizando essa venda antecipada da produção, exceto quando a operação atinge a contos de réis e, nesse caso, o tomador assina promissórias seladas, estipulando juros e prazos rígidos. Disbui, por saíra, uma média de 50 contos. Disse-nos

um desses comerciantes, em Jupaguá, que as suas possibilidades financeiras são limitadas. Se tivesse 500 contos teria tomadores para eles, mesmo nas bases sob que os oferece.

Isto vem mostrar a necessidade de financiamento rural para a zona do Rio Grande e de todo o Médio São Francisco, problema a que não poderá excusar-se não só a Comissão do Vale do São Francisco, como também as instituições especializadas de crédito agrícola e pecuário.

## “A LAVOURA” EM SÃO PAULO

*É representante credenciado desta Revista, para todo o Estado de S. Paulo, o Sr.*

**NEWTON FEITOSA**

RUA BOA VISTA, 265, 3.º andar. Tel. 3-1432

End. Tel. “LINEFE”. C. A. 257-A — S. PAULO



# Mãos que espalham SALITRE DO CHILE não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar, e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORENCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2.º and.  
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DUMONT, 227 — BELO HORIZONTE

# A Cultura de Trigo em Veadeiros

## DADOS HISTÓRICOS

Luiz C. de Godoy

Carlos Pennafiel, em um artigo publicado no "O Jornal" em 1929, afirma que o trigo fôra introduzido na Capitania dos Goiazes por uma família egípcia, pelo no de 1738, Moisés Bandeira, natural de Araraias, mas antigo morador em Veadeiros e grande entusiasta de lavoura tritícola, confirma a veracidade dessa versão, que lhe fôra transmitida pelos seus antepassados.

Seja como for, em 1780, já existiam no julgado de Cavalcanti quatro engenhos de trigo; o de São Lourenço, que possuía Barradas Fontes, o de Bom Sucesso, que possuía Antonio Rodrigues Pereira, o de João Morais e o de João dos Santos, dados estes extraídos da "Notícia Geral da Capitania de Goiás" manuscrito existente na Biblioteca Nacional. No mesmo documento lê-se o seguinte e precioso trecho: "Os campos produzem trigo, milho, cana, mandioca, arroz e todos os mais viveres e legumes".

Saint-Hilaire, na sua obra "Viagens às Nascentes do Rio São Francisco" e pela Província de Goiás, feita em 1819, refere-se ao "excelente pão que se faz com a farinha de trigo que vem de Santa Luzia, Meia Ponte e Cavalcanti, povoação mais setentrional que Vila Boa e cujos arredores são, dizem, muito favoráveis à cultura do trigo."

Segundo um artigo publicado pelo Dr. Schnoor, a farinha de trigo de Goiás foi exportada pelo porto do Rio de Janeiro em 1850.

Em 1861, segundo uma estatística publicada no relatório do Presidente Alencastre, a exportação de farinha de trigo de Goiás foi de 771 alqueires, sendo 512 só pelo município de Cavalcanti.

O Visconde de Taunay, na sua obra "Goiaz", escrita em 1876, diz que a produção de trigo naquela época não passava de algumas centenas de alqueires e era cultivado em Santa Luzia, Meia Ponte e Cavalcanti e na Chapada de Traíras. Nesse mesmo ano o trigo de Goiás, figurou na Exposição Internacional de Filadélfia.

Cunha Matos, Glaziou, Gomes Carmo, Henrique Silva e muitos outros cientistas e publicistas, fizeram referências sobre o tri-

go de Cavalcanti e outras regiões do Planalto Central e exaltaram as possibilidades dessa zona para tão útil cultura.

Em 1932, uma pleiade de jornalistas de nossa terra fundou o Bureau de Imprensa Goiana, através do qual se fez grande propaganda das nossas riquezas inexploradas, inclusive do trigo de Veadeiros.

Como resultante desses trabalhos, o então inspetor Agrícola Federal em Goiás, agrônomo Rafael Nioac de Souza, instalou diversos campos de cooperação na chapada dos Veadeiros, os quais, em 1933 produziram 4.525 quilos de sementes de trigo de ótima qualidade e que analisadas pelo O Moinho da Luz, revelaram um teor de 14% em gluten sêco, sendo equiparadas aos melhores trigos do mundo. Em 1934 os campos de cooperação de Veadeiros produziram 10.800 quilos de trigo em grão, mas infelizmente toda essa produção se perdeu por falta de transporte e de compradores. Em 1935 houve completo desânimo por parte dos triticultores, que desistiram de continuar com o plantio, com exceção de João Rabêlo, que acompanhando uma tradição de família, continuou cultivando o nobre cereal até esta data.

A João Bernardes Rabêlo devemos, portanto, a conservação da preciosa variedade de trigo Veadeiros, descendente do Medeah egípcio, e que ha mais dois séculos viceja nas terras do Planalto de Goiás, com uma invejável rusticidade, excelentes qualidades de panificação, alta produtividade, e o que é mais importante, completamente isento de ferrugem e de todas as outras moléstias criptogâmicas.

O trigo de Veadeiros foi introduzido na Subestação Experimental de Anápolis em 1943 e hoje é conhecido de todas as outras estações Experimentais de Trigo do Brasil e de algumas do estrangeiro.

A região de Goiás, abrange não só a Chapada dos Veadeiros, situada no município de Cavalcanti, como parte dos municípios de Planaltina, Formosa e Niquelândia, com uma extensão aproximada de cin-

quenta leguas de comprimento por umas vinte de largura, entre os rios Tocantins e Paraná.

Ao contrário do que se supõe, essa zona é rica de matas, de culturas, abundantes aguadas e ostenta verdejantes e ricas pastagens.

Sua altitude varia de 800 a 1.000 metros. Devido à amenidade do clima e fertilidade das terras, essa região tornou-se famosa pela cultura do trigo, que ali foi introduzido há mais de dois séculos. Além do trigo, cultivam-se ali também a cana, a mandioca, o arroz e o feijão e raros são os fazendeiros ou sítiantes que não têm em seu quintal plantações de laranjeiras, marmeleiros e outras espécies frutíferas.

O sr. General Djalma Poli Coelho, mui digno Presidente da Comissão da escolha do local para a Nova Capital da República, em entrevista concedida à imprensa, não escondeu o seu entusiasmo pelo que viu e sentiu nesse pitoresco recanto de Goiás, que comparou à Suíça pela sua beleza panorâmica e clima privilegiado.

Em julho do corrente ano tivemos o prazer de visitar a Chapada dos Veadei-

ros, em companhia do Dr. Rafael Nioac de Souza, digno Inspetor Regional do Serviço de Expansão do Trigo.

As finalidades principais dessa viagem foram não só inspecionar os trigais ali existentes como também adquirir todas as sementes do precioso cereal, preservando-as da moagem, afim de serem multiplicadas em novos campos de cultura.

O único trigal visitado foi o trigal denominado Buracão, pertencente ao Sr. João Bernardes Rabêlo, visto os demais já terem sido colhidos.

O Sr. Bernardes é o mais entusiasta triticultor da região. Sua propriedade Moinho faz parte integrante da fazenda Bom Sucesso, cujo engenho de trigo foi instalado antes de 1780.

O seu sogro Florencio Bernades cultivou trigo durante mais de 50 anos nessa fazenda, chegando a produzir mais de 80 arrobas de farinha em 1900. Falecendo em 1918, continuou com a cultura de trigo o seu filho Erminio Joaquim Bernardes.

Em 1933 houve também importantes culturas de trigo nas fazendas Salto, Volta da Serra e Paraíso.

João Bernardes Rabêlo iniciou a cultura do trigo em 1935 e nunca a interrompeu até esta data.

A plantação é feita em duas épocas, uma em outubro e outra em fevereiro, sendo esta a melhor. Antigamente as sementeiras eram feitas somente em outubro e novembro e como as flores do trigo são facilmente abortáveis em consequência das chuvaradas, havia anos em que as colheitas ficavam muito reduzidas, devido a grande quantidade de espigas chochas. Os terrenos preferidos são os de capoeiras e palhadas.

As sementeiras são feitas em cóvas, a enxada, em distância de 30 a 40 centímetros, lançando-se umas vinte sementes por cóva.

Em geral fazem uma só capina, depois de um mês da sementeira.

Depois de quatro e meio a cinco meses fazem a colheita pelo processo comum do arroz, ficando as plantas amontoadas na roça muitos dias antes de bater.

Até 1933 a batadura ou trilha era feita somente a vara, porém dessa época para cá os triticultores têm utilizado uma trilhadeira mecânica, pertencente ao Ministério da Agricultura e que fôra levada pelo Dr. Nioac.

Uma vês trilhado o trigo é abanado a

## — H I M E —

COMÉRCIO E  
INDÚSTRIA S. A.

RUA TEÓFILO OTONI, 52  
— RIO DE JANEIRO

Caixa Postal 593 — End. Telefônico FERRO — Fone: 23-1741

DEPÓSITO DE FERRO E AÇO:  
Rua Sacadura Cabral, 108 a 112  
Telefones: 43-6282 — 43-0396

Filial em São Paulo: — Avenida Anhangabaú, 702 — 8.º andar  
Telefone: 4.7206

FABRICANTES — IMPORTADORES — EXPORTADORES  
— FERRAGENS EM GERAL —

Agentes da COMPANHIA BRASILEIRA DE USINAS METALÚRGICAS, com fabricação de Parafusos — Poreas — Rebites — Arruelas — Tirefonds — Pregos e Parafusos para trilhos — Produção de Ferro, Gusa e Aço — Laminação de ferro redondo, chato, quadrado, cantoneiras, aço chato para moles e foices, aço redondo e quadrado — Fundição de ferro.

AGENTES EM TODOS OS  
ESTADOS DO BRASIL

Mantem Secção Especializada  
para atender aos fregueses  
do Interior

mão em pás e depois ensacado ou guardado em tulhas, para depois ser moído nos moinhos de pedra existente na região.

Quando visitámos o trigal do "Buração" o trigo já estava completamente maduro e na hora de colher. A nossa impressão foi magnífica. Fizemos logo um confronto com os inúmeros trigais que já tivemos ocasião de visitar em vários Estados do Brasil e tiramos a conclusão de que o aspecto do trigal de Veadeiros, apesar dos métodos antiquados de cultivo, em nada era inferior aos outros, cultivados aliás com todos os recursos da técnica moderna, o que vinha atestar o privilégio dessa região quanto a solo e clima, para a cultura do disputado cereal.

Com uma altura média de um metro e quarenta centímetros, perfilhamento de 5 a 15 colmos por pé e belas espigas pendentes, sem nenhum vestígio de ferrugem, os trigos de Veadeiros não deixam de entusiasmar os mais céticos nas nossas possibilidades trigueiras.

Ainda um fator importante: além dos trigais de Veadeiros e de todo o Planalto

Central de Goiás terem atravessado mais de dois séculos sem ataques da ferrugem ou de qualquer outra moléstia, ainda estão livres da geada e do gafanhoto, flagelos estes muito comuns na Argentina, nosso principal fornecedor de trigo.

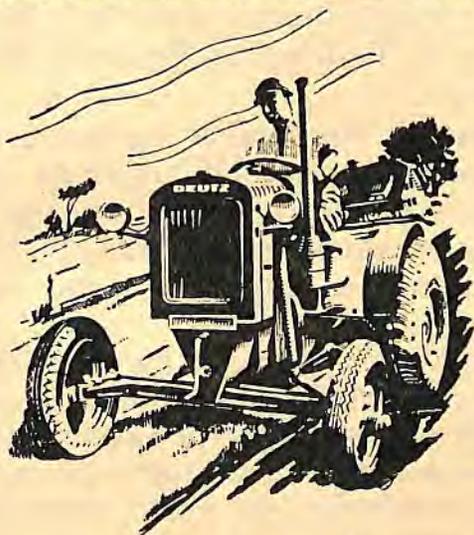
No nosso próximo artigo, falaremos sobre os campos de cooperação de trigo que serão instalados naquela região em 1948, bem como nas medidas que devem ser tomadas pelo Governo, para maior incremento da produção trigueira em Goiás.

O Dr. Admar Lopes da Cruz, Diretor do Serviço de Expansão do Trigo, acompanhado do Dr. Nioac de Souza, Inspetor Regional do S. E. T., e do Dr. Joaquim Ferreira de Carvalho, falecido ha pouco mais de dois meses em um desastre de barca no Rio das Almas, visitou as culturas de trigo "Veadeiros" na Subestação Experimental de Anápolis, em Goiás, e na Fazenda Monjolinho, Município de Corumbá de Goiás, conforme se vê nas fotografias publicadas juntamente com o artigo retro, em jornal.

## TRATORES AGRÍCOLAS DIESEL "DEUTZ-OTTO" LEGITIMOS

fabricados pela

KLÖCKNER-HUMBOLDT-DEUTZ A. G., KÖLN — Alemanha



Fornecidos com Pneus  
ou com Rodas de Aço  
e com Garras

Representantes Exclusivos:

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA**  
Rio de Janeiro: R. da Alfandega, 116 — S. Paulo: R. Florencio de Abreu, 598  
Porto Alegre: Rua Pinto Bandeira, 330-34 — Recife: Rua da Palma, 296  
Endereço Telegráfico: "OTTOMOTOR"

# Moderno Processo de Tratamento do Leite de consumo

PALESTRAS DO ENGENHEIRO INDUSTRIAL W. S. ROBINSON

Na sessão da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura que, sob a presidência do Dr. Edgar Teixeira Leite, se realizou no dia 1.º de março, o Sr. Otto Frensel, membro da Diretoria Geral, comunicou que o Sr. W. S. Robinson, engenheiro industrial especializado em beneficiamento do leite de consumo, aquiescera em fazer, perante aquela Sociedade, uma palestra versando o tema acima.

Por absoluta impossibilidade de tempo, deixamos para publicar no próximo número desta revista a referida palestra. Dado o grande interesse que o assunto representa para a nossa economia pecuária e para essa face importante do Brasil industrial, o ilustre técnico inglês não se limitou à Capital da República, e outras palestras foram pelo mesmo realizadas em Juiz de Fora, na Fábrica Escola de Laticínios Candido Tostes, e em Belo Horizonte, no Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais.

Na sua conferência na Sociedade Nacional de Agricultura, ouvida com o maior interesse pelos corpos social e diretor da veterana instituição, e grande número de interessados, focalizou o Sr. W. S. Robinson as mais recentes aquisições da engenharia moderna aplicada à indústria leiteira na Inglaterra e em outros países.

Fazemos, daqui, os melhores votos para que, da experiência e das luzes da progressista engenharia laticinista inglesa, resultem benefícios aos laticínios brasileiros, cuja produção, solicitada por um consumo sempre maior, tem de evoluir e se colocar à altura das necessidades e exigências do nosso mercado interno.

# João Eduardo Tjader



É com o maior pesar que “A LAVOURA”, interpretando o sentir do corpo social e da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, abre espaço para render homenagem à memória de João Eduardo Tjader, falecido a 26 de Janeiro próximo passado.

João Tjader achava-se ligado a esta revista e à casa de que é orgam de longa data: em 1916, quando da realização da 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional Algodoeira, foram admitidos alguns auxiliares extraordinários. Um deles foi, justamente, o que agora prematuramente desaparece. Portador de raras qualidades de caráter, de coração e de trabalho, terminado o conclave, fê-lo a Diretoria funcionário efetivo da instituição. Durante quatro anos a serviu com zelo, operosidade, dedicação e competência. Expontaneamente, retirou-se para dedicar-se ao comércio, mas nunca abandonou a casa e os amigos — diretores e funcionários — que

ai adquiriu. A sua convivência na Sociedade com os assuntos ligados à agricultura e à pecuária fizeram nascer no homem do comércio — atividade na qual revelou aptidão extraordinária — autêntico homem do campo. Do quadro de funcionários, passou ao quadro social, já então como fazendeiro nos arredores de Juiz de Fora: adquirira a fazenda Santa Maria, quase abandonada. Lia muito e, inteligente e ativo, imprimiu à sua propriedade uma feição de progresso tal que a poderíamos chamar modelar. Escolheu o gado holandês vermelho e branco, para o melhoramento do seu rebanho leiteiro em substituição ao gado mofino e sem raça que lá encontrou; cuidou das pastagens, das instalações, da economia de manutenção da propriedade, das instalações de ordenha, de tudo, enfim. Santa Maria — seu objetivo único dos dias em que podia fugir da cidade, era o seu enlevo, a sua preocupação. Preparava-a para o filho único, Rogério, que, dizia, um dia viria a ser o continuador do seu trabalho.

Queria a fazenda Santa Maria dirigida por um técnico: convenceu o filho a estudar veterinária — profissão que se prepara para abraçar. Durante três períodos, a assembléia geral da Sociedade elegeu-o para o seu Conselho Superior, posto que ocupou com orgulho e no qual desaparece, deixando uma vaga difícil de preencher.

João Tjader era carioca, de origem sueca. Nasceu na Rua Farani n.º 6, a 29 de março de 1900, filho de John Hallsten Tjader e de D. Elizabeth Tjader. Deixa viuva a senhora Robine da Silva Tjader, química do Laboratório Nacional de Análises, e o filho Rogério, futuro médico veterinário, como era do desejo do seu digno pai — e como são também os nossos votos.

*Esta nota foi lida na sessão de Diretoria da S. N. A. pelo Secretário Geral, Luiz Marques Poliano. Na mesma sessão, foi aprovado e inserto em ata um voto de pesar da Diretoria.*

# Alfabetização do homem rural

E' preciso que o nosso homem rural, convenientemente preparado para isso, adquira o hábito da leitura: — leitura sã e construtiva; leitura útil e educativa.

Muito já se tem enaltecido a campanha de alfabetização que vem sendo conduzida com entusiasmo e elevados propósitos, principalmente nos últimos anos, visando ensinar a ler, escrever e contar a todos os brasileiros, de tôdas as idades.

Por outro lado, muito se tem criticado a alfabetização como um fator de emigração do homem do campo para a cidade; como um fator, portanto, do êxodo rural que vem alarmando aqueles que se preocupam com os problemas rurais.

Não resta dúvida que é preciso alfabetizar o nosso povo, especialmente a nossa população rural que vive na mais completa ignorância; mas não é a simples alfabetização que precisamos levar ao nosso homem rural, é uma alfabetização acompanhada de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio rural; de identificação do individuo com a comunidade rural a fim de que êle possa melhorá-la e valorizá-la.

E' preciso, sobretudo, que o alfabetizado da zona rural sinta entusiasmo e compreenda a vida rural; se interesse pelos problemas regionais, possa estudá-los e resolvê-los; e, principalmente, encontre os meios que necessita para ampliar os seus conhecimentos, e utilizá-los um benefício da própria comunidade rural.

Não basta aprender a ler.

E' preciso que o homem rural saiba ler, tenha capacidade para compreender e refletir sôbre o que lhe fôr dado ler.

De outra maneira não se compreende a leitura.

A alfabetização e a educação não podem ser separadas; precisam caminhar juntas para que o homem rural sinta-se mais valorizado, seja ajustado à vida que lhe cabe, realize algo em proveito de uma comunidade rural mais esclarecida e melhor organizada.

O alfabetizado só é útil quando, com os ensinamentos recebidos é capaz de progredir cultural e socialmente, melhorando os seus conhecimentos, as suas aptidões,

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
Professor da Escola de Horticultura  
"Wencesláo Bello"

as suas atitudes; quando é capaz de concorrer para o progresso da comunidade.

E' nesse sentido que a imprensa e o livro, indo de encontro às necessidades do meio rural, constituam fatores educativos de grande relevância, e que sejam encarados como necessidade imperiosa.

O alfabetizado do meio rural não esclarecido, sem uma boa orientação, sem o auxílio de uma leitura útil e educativa, segue, via de regra, dois caminhos:

a) — emigra para as cidades em procura de outro meio de vida que se julga merecedor porque já sabe ler, escrever e contar;

b) — continua no campo, na mesma vida que levava antes; não lê porque não encontra o que ler, e, não raro, acaba esquecendo o que aprendeu, porque aprendeu pouco e não praticou nada.

De qualquer maneira de pouco ou nada adianta uma alfabetização nessas condições porque:

a) — no primeiro caso, êle será, nas cidades, um desajustado. O pouco que aprendeu não lhe dá grandes perspectivas, nem êle está preparado para a vida nos grandes centros, onde as condições são muito diversas das do meio rural;

b) — no segundo caso, êle não se beneficia com a grande conquista de ter aprendido a ler; porque êle não continua lendo; não lhe é proporcionada uma leitura útil e educativa; êle continuará isolado, sem concorrer para a valorização da comunidade rural, e acaba, no fim de algum tempo, voltando a situação de analfabeto.

E' preciso, pois, que ao lado de um trabalho de alfabetização educativa, seja proporcionada ao homem rural uma leitura útil, agradável, instrutiva e informativa, que concorra:

a) — para ajustar o homem do campo ao meio rural, esclarecendo-o sôbre os problemas regionais, e, sôbre como encará-los e resolvê-los;

b) — para ajustar o homem às necessidades da vida rural proporcionando ensinamentos para que êle seja um verdadeiro construtor de riquezas;

c) — para ensinar a amar e dignificar o trabalho, mostrando o que representa o trabalho bem orientado;

d) — para proporcionar ao homem rural uma vida mais alegre e feliz;

e) — para criar um ambiente favorável à sociabilidade da comunidade rural, a fim de que ela, melhor esclarecida, proporcione o bem estar coletivo;

f) — para fixar o homem à terra, salientando o perigo do êxodo rural para o indivíduo, para a comunidade rural, para o país;

g) — para melhorar a eficiência do trabalho rural, através de ensinamentos úteis e oportunos.

Educar para a vida, eis, em síntese, a obra educativa que é preciso seja intensificada no meio rural.

Aliás, releva salientar, que o Ministério da Educação, compreendendo a natureza e a gravidade do problema, já se articulou com o Ministério da Agricultura para que ao lado do trabalho de alfabetização de adultos no meio rural, atuem as Missões Agrícolas, que realizarão um completo e eficiente trabalho educativo.

E' preciso salientar, ainda, que, em face dos entendimentos havidos entre os dois Ministérios, já estão sendo impressos fo-

lhetos úteis e oportunos, para que o homem rural alfabetizado tenha o que ler — leitura que lhe proporcione bons ensinamentos —.

A leitura destinada ao homem rural, deve, entre outras, apresentar as seguintes características:

a) — redação, clara, precisa e objetiva, a fim de que sejam acessíveis a todos, até mesmo aos menos cultos;

b) — boa ilustração, com fotografias, desenhos, esquemas, etc., claros e elucidativos, que facilitem a compreensão dos textos;

c) — apresentação de artigos curtos, bastante objetivos, sôbre os mais variados problemas agrícolas, especialmente as questões relativas ao bom aproveitamento do solo, aos mais racionais métodos de cultura, aos trabalhos de proteção e conservação do solo, a criação de animais domésticos, ao combate às doenças e pragas, à pequena industrialização de produtos agrícolas, ao reflorestamento, etc.;

d) — apresentação de artigos bastante precisos sôbre moral, educação, sociologia, etc., isto é, trabalhos eminentemente educativos;

e) — apresentação de temas bastante sugestivos sôbre os problemas relativos à higiene rural e boa alimentação, que constituem problemas quase que desconhecidos no meio rural.

# Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA  
 ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)  
 CONTRA A DIARRÊIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)  
 CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

PEÇA AO SEU FORNECEDOR

**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.**

CAIXA POSTAL, 1420 — RIO DE JANEIRO

# Influência do governo americano no desenvolvimento da agricultura nos Estados Unidos

ARTHUR OBERLAENDER TIBAU

A civilização americana orientou-se indiscutivelmente sob o influxo da vida do lavrador, considerado no verdadeiro sentido do vocábulo, isto é, sem influência das regiões inicialmente escravocratas e a das estepes orientais. As áreas agriculturáveis da América do Norte, foram distribuídas aos colonos, obedecendo ao sistema das "One family farms", regime em que o chefe e sua família são os amanhadores da terra.

Essa organização fez do homem do campo indígena ou alienígena, naquela portentosa república, um trabalhador efetivo, operante e que, sobre tudo, se orgulhava da profissão, à qual se vinculava profundamente o senso da liberdade, da independência e do realismo da vida. Daí o fato de ter a sua evolução se estruturado em torno dessa atividade sã e nobre, em cujos princípios se baseavam, e ainda se baseiam, a sua economia e a sua sociedade.

Como decorrência natural dessa formação, e era de esperar, os problemas referentes à agricultura, foram sempre colocados em plano destacado, e os autores e executores de seus planos, saídos dessa mesma grey, ou por ela diretamente influenciados, sentiam profundamente o reflexo de sua atuação na vida da Nação, abrindo praça a uma técnica de feição utilitária e a uma força política apoiada em eleitores realmente livres e conscientes de seus direitos e senhores dos seus propósitos. E assim, inteligentemente orientada, a agricultura americana evoluiu rapidamente e atingindo o máximo de eficiência, possibilitando a constituição de uma perfeita democracia, cuja pureza foi apenas arranhada pela influência dos grandes consórcios e trusts, mal que cedo amainou, permitindo o florir de normas puramente democráticas que hoje, segundo nos parece, prevalecem e comandam os seus designios.

Ao progresso americano devemos ainda debitar a contribuição da colonização, levando na devida conta a sua origem e volume. Os imigrantes transplantaram para o seu novo habitat, os seus usos e costumes, dos quais destacamos as aptidões e nível de vida notoriamente elevado. Esses requisitos fundamentais de uma civilização já avançada, ao em vez de estacionarem ou retrogradarem, como geralmente acontece por imperativos do meio, progrediram enormemente, graças às precauções e providências que o governo houve por bem tomar, por se aperceber, em tempo, da necessidade imperiosa da sua interferência.

Não podemos deixar de reconhecer que nem todas as medidas lançadas na prática fossem acertadas, mas é justo que se realce, terem os governantes diligentemente procurado corrigir as faltas, cobrindo as deficiências tão logo focalizadas.

Ocorre-nos destacar em primeiro lugar a clarividência revelada nas diretrizes primárias, com a criação de escolas agrícolas em todos os Estados, medida concretizada pela lei Federal conhecida por "Land-Grant College Act", promulgada em Junho de 1862. Por esta lei foram concedidas terras para o fim especial de fundação de Escolas de Agricul-

tura, que se destinavam também a pesquisas e experimentação agrônômicas. Desses estabelecimentos, de inestimável valor para a grandeza americana, saíam não só os técnicos devidamente instruídos, como ensinamentos que seriam transmitidos aos agricultores. Os agentes do fomento levavam na bagagem técnica, a segurança e o acerto das instruções que deveriam dar aos fazendeiros, visto como, no transcurso do seu adestramento, eram guiados por professores que tinham sido os próprios experimentadores. Eles mesmos, os alunos, haviam experimentado e percebido durante o seu curso as vantagens dos processos que lhes cumpria propagar.

Afirmam os historiadores que a confiança depositada pelos agricultores no governo e, consequentemente, em seus agentes, desenvolveu entre eles extraordinária receptividade aos ensinamentos técnicos, o que contribuiu poderosamente para o progresso americano. Não ezitavam em aceitar os conselhos dos agentes distritais de fomento, acatando as suas sugestões sem receio de fracasso.

Os responsáveis pelo serviço de extensão, compreenderam muito mais cedo que nós, que somente a experimentação, cientificamente orientada, e exclusivamente por esse caminho, poderiam conduzir os agricultores com segurança a meta desejada, isto é, maiores rendimentos, melhores produtos e consequentemente garantia de maior prosperidade com menores esforços.

Os "College of Agriculture" mereceram, pelas razões expostas, as mais carinhosas atenções já do Governo Federal, já dos Estaduais, pois, como se tornou notória, da conspiciência das suas atividades, dependia o sucesso dos órgãos de Extensão. Estes pela natureza de sua atuação no meio rural, onde a técnica se associa estreitamente à economia, tinham as suas sugestões devida e cuidadosamente consideradas, servindo de fulcro em direção ao qual as pesquisas e a experimentação se orientaram. Essa norma louvabilíssima permita que aos problemas de agronomia fossem dadas soluções úteis e passíveis de serem aproveitadas, sem que houvesse soluções de continuidade. Não devemos entretanto esquecer, pois de outra forma cometeríamos crassa injustiça, de mencionar o elevadíssimo conceito em que os estudiosos americanos situam a pesquisa de ordem científica e o desvelo com que a cultivaram e distinguem.

Ambas as formas de exploração nesse vastíssimo ramo das atividades humanas, credenciaram os artífices de sua consecução, como lidamos credores da nossa mais respeitosa admiração e gratidão, pelos seus valiosos feitos, pois além da prosperidade em si mesmo, evitaram também a própria derrocada da humanidade, ora fazendo interferir a genética na criação de tipos de animais e de plantas mais produtivos, de melhores qualidades e mais resistentes, ora lançando mão de produtos químicos e recursos físicos, pondo-os a serviço da defesa sanitária, e recuperando e mantendo, por todos os meios, a fertilidade e a própria sanidade do solo.

Invadiram por fim os domínios da fisiologia e da citologia, deturpando utilitariamente a função dos fito-hormônios fazendo-os atuar em benefício das suas conveniências imediatas e interferindo também física e quimicamente na estrutura das células reprodutoras, forçando a satisfação dos seus ditames técnicos e científicos.

A consideração dispensada pelo governo à causa rural, aliada a faculdade de dispor de recursos financeiros quase ilimitados, tem proporcionado atendimento eficiente, rápido e farto a todos os reclamos surgidos na vida da grande república do Norte. Esse atendimento não tem tido especificidade e é de ordem técnica, econômica e financeira. A contribuição efetiva, inteligente e patriótica dos poderes públicos, permitiu fossem focalizados e resolvidos os problemas fundamentais da agricultura e firmado o curso ascendente do seu progresso, não tendo perdido de vista o bem estar do seu povo e a preservação dos bens naturais da Nação.

Os problemas do solo foram desde muito cedo tomados em séria consideração e destacados dentre os demais em face do rápido decréscimo da sua fertilidade. A princípio, para guiarem os seus trabalhos de agronomia, lançaram mão do que se havia feito na Europa, logo se aperceberam entretanto que esses problemas não seriam resolvidos com o simples e fácil acesso às bibliotecas do Velho Mundo. Em vista d'essa circunstância, concluíram sabiamente, que era no campo, através a experimentação, que poderiam ser encontradas as soluções procuradas. Não perderam tempo, e sem descontinuidade entregaram-se à faina difícil de descobrir os meios tecnicamente certos e economicamente capazes de recuperar a fertilidade dos solos, que se esvaía rapidamente devido ao empirismo dos métodos de exploração então vigorantes. Esse regime de puro extrativismo agrícola, forçava os agricultores a se deslocarem para as terras virgens do Oeste, em regime de franco nomadismo, deixando atrás de si o deserto e transformando cidades, que já haviam atingido grande prosperidade, em verdadeiras tapéras inhospitas. Concomitantemente, com os trabalhos de recuperação dos solos, cuidavam com o mesmo afincó, para complementar os seus objetivos, da seleção de plantas e animais, introdução de espécies exóticas, criação de variedades novas, hibridações, etc., visando maior produtividade e melhores produtos.

Mas a tarefa não se resumia aos ingentes esforços dos técnicos nas estações experimentais. Era necessário que as conclusões técnicas dos seus estudos, fossem rapidamente propagadas por três ou quatro milhões de fazendeiros às portas da fome e da desolação. Os resultados práticos não se fizeram esperar. A medida que prosseguiam as pesquisas, adestravam ao mesmo tempo levais de agrônomos que seriam os futuros veículos dessa propagação, treinados nos próprios campos de experimentação ("College of Agriculture"), onde se inteiravam dos segredos da sua nobre e espinhosa missão, sentindo eles mesmos, as vantagens e o valor dos ensinamentos que levavam na bagagem técnica. Foram enxamejados por quasi todos os distritos agrícolas do país, entrando em contato direto com os fazendeiros, e, entre eles estabelecendo os campos de cooperação permanentes, onde repetiam, à vista do fazendeiro, no seu próprio meio e com as suas próprias mãos (do escolhido como exemplo), da forma mais objetiva possível, as experiências que julgassem necessárias para demonstrar a eficiência dos métodos racionais de cultura. Por meio dêsse di-

datismo lógico e convincente, conseguiram, em curto prazo, introduzir a técnica revolucionária da adubação química, que se expandiu rapidamente por entre os agricultores. Um atestado positivo é a expressão dos próprios números; assim é que, nos primórdios do século atual, o consumo de elementos fertilizantes (azoto, fósforo, potássio etc.), já era de 395.000 tons., e hoje atinge o respeitável montante de 4.000.000 de tons., cifra equivalente, em números redondos, a 15.000.000 ou 16.000.000 de toneladas por ano de adubos completos. Não estão satisfeitos ainda apesar da feição astronômica dos números. Afirmam os técnicos, baseados em dados estatísticos bem coordenados, que a manutenção da fertilidade do solo, exige, considerado o volume atual da produção, o emprêgo de mais 40% do total hoje consumido em toda a América do Norte.

Mas, a batalha pela conservação do solo, êsse bem nacional de incomensurável valor, não se resumia a operação, hoje relativamente simples, de restituir ao solo os elementos fertilizantes retirados pelas plantas e arrastados pelas enxurradas. Já o grande Jefferson, no final do século XVIII, havia percebido que a erosão era o fator de maior responsabilidade na desvitalização dos solos. Coube entretanto a Franklin Roosevelt, através a sua clarividência de verdadeiro estadista, encarar de frente a questão, e, sem medir sacrifícios de quaisquer naturezas, estabeleceu as bases para a sua solução, resolvendo-a de forma magistral. O seu feito culminou na sistematização do Vale do Tennessee, que além do mais, foi uma demonstração em grande estilo dos métodos a serem empregados na defesa contra a erosão e na recuperação integral dos solos exaustos.

A concepção dessa idéia, concretizada através a organização muito judiciosamente denominada "TENNESSE VALLEY AUTHORITY", constituiu mais uma prova de que os homens de Estado, nos Estados Unidos, têm as suas vistas sempre voltadas para a agricultura, não só como unidade econômica em si mesma, mas também como valiosa parte integrante de toda economia americana. O cicloplismo material, político e administrativo dessa obra é de grandeza imensurável. Não sabemos o que mais admirar, se a feliz percepção da necessidade do enquadramento de todos os fatores econômicos e sociais que podessem de qualquer forma interessar o desenvolvimento do vale, ou para êle contribuir, a começar pelo combate à erosão e a findar pela sua acessibilidade à navegação internacional e a sua consecussão de maneira perfeitamente harmônica, ou se a sua realização propriamente dita! Estes fatos demonstram sem contestação possível, sendo justamente o que desejamos realçar, que o desvelo com a conservação do solo, o seu aproveitamento em caráter permanente e as catastróficas cheias do rio Tennessee, destruidoras das plantações, e populações rurais, foram as causas primárias que despertaram a atenção de Roosevelt. Iniciativas dessa natureza atestam o são propósito desses iluminados de não perderem de vista o bem estar do seu povo e preservação dos bens naturais da Nação, patrimônio que o teve por longos anos como responsável imediato.

A questão da conservação do solo, de algum tempo a esta parte, cresceu tremendamente em importância, face os estragos causados nos terrenos agriculturados sem determinadas precauções técnicas. Por esta razão o Governo Americano tomou providências de caráter específico, promulgando, em 1936, a lei denominada de "SOIL CONSERVATION

ACT", e criando no Ministério da Agricultura, serviços próprios para o estudo dos processos de defesa e a sua consequente propagação aos lavradores, cujas terras estivessem sujeitas a êsse terrível flagelo. A gravidade da situação era de tal natureza que o Congresso além de votar a referida lei concedeu a verba de quinhentos milhões de dólares para a execução do plano apresentado pelos técnicos. Uma vez estabelecidos os princípios básicos dos métodos a serem empregados, o Serviço de Extensão especializado encarregou-se de fazer demonstrações através a sua imensa rede de Fomento. Simultaneamente foi feita a divulgação dos malefícios advindos das enxurradas e ventos fortes, com a intenção de aumentar e ativar a receptividade dos agricultores e de facilitar a aceitação dos métodos de combate. Os resultados foram os mais auspiciosos, não só em virtude dessas providências preparatórias, como também por não ter o Governo se descuidado da parte financeira, que foi atendida na medida das necessidades. As últimas estatísticas revelam que mais de um milhão de lavradores têm as suas terras perfeitamente defendidas, e seguramente dois milhões se acham em avançado estado de processamento.

No domínio da biologia, a Genética tem tomado a si o encargo de adaptar e criar espécies úteis capazes de satisfazer as contingências econômicas, atuais e as exigências do consumidor, cada dia mais apuradas e diversificadas. O governo mantém, auxilia e protege as instituições que se dedicam a essa útil e delicada especialidade, premiando e enaltecendo os seus técnicos. Verdadeiros milagres tem sido conseguidos por êsses abnegados artifices da biologia aplicada, em matéria de adaptação de plantas exóticas e criação de novos espécimens, mais produtivas, mais resistentes ao meio e às moléstias e de melhores qualidades.

Os problemas agrícolas não se limitam entretanto à técnica em si mesma. Não menos importante nem menos complexa é a trama da produção no sentido econômico e a sua consequente distribuição. O financiamento, a circulação dos produtos e finalmente os preços, constituem a triade complementar da economia do lavrador. Esses fatores são tão importantes para o sucesso do empreendimento agrícola quanto a ferramenta bem ajustada aos seus trabalhos, a fertilidade das terras, a boa qualidade das sementes e o próprio bem estar do fazendeiro. Mister se tornaria, pois, fossem alinhados no mesmo nível da técnica, para que a produção pudesse contar com condições de produção e venda adequadas e remuneradoras. Era isso que lhes fosse concedido crédito e garantia de preços, em forma de amparo rápido e adequado às suas condições de vida. As autoridades estadunidenses não se fizeram rogadas. Conscias de suas responsabilidades e perfeitamente integradas no assunto resolveram o problema de forma magistral. Hoover iniciou o crédito agrícola em amplas bases e contribuiu, com os resultados colhidos durante a sua aplicação, para que Roosevelt fulgurantemente iluminado pelo seu espírito público, desse solução praticamente integral ao financiamento da lavoura, fazendo-o distribuir sem restrições de ordem política ou social, tanto aos grandes fazendeiros como aos paupérrimos "tenants". Além da cessão do crédito em si mesma, regulamentou e por tal forma promoveu a sua atuação independentemente da gravidade de sua situação. Esta medida, aliás de grande importância, revelou o cuidado, altamente laudável, do legislador, em poupar ao agricultor

preocupação do insucesso, sempre em potencial, na lavoura, e assegurar-lhe suprimento quando se justificasse o seu emprêgo. Dando ao Governo, por essa forma, uma prova de infalível assistência financeira ao produtor, franqueara-lhe o crédito por parte dos particulares, aliviando-se de grande parcela desse encargo e não prejudicando os negócios de terceiros.

O governo garante ainda preços mínimos para os produtos da lavoura, dentro de determinados limites de produção. Este limite é estabelecido tendo por base o consumo interno e a exportação, consubstanciado em planejamento geral da produção nacional. Esta produção é quotizada pelos Estados, Municípios e finalmente pelos Distritos. Os lavradores, de cada Distrito, são então induzidos pelos respectivos agentes de fomento a organizarem os planos individuais de forma a não ultrapassarem as quotas dos Distritos em que residem. Esta providências tem por fim evitar a super-produção de determinados produtos em detrimento de outros, sobrecarregando o Governo com mercadorias que se tornariam invendáveis no caso da sua interferência por compra o "warrantagem", ou provocariam baixa de preços se lançada no mercado.

Os responsáveis pelos destinos do nosso grande vizinho do Norte, reconhecem que o seu poderio se ampara fortemente na sua imensa produção agrícola, e para evitar qualquer desequilíbrio que o venha prejudicar, tomam na devida conta a sua destacada participação na economia nacional. Esses atributos e o reconhecimento pleno desse conceito, induzem-lhes a não permitir que os direitos e prerrogativas da classe agrícola, sejam postergados ou preteridos por quem quer que seja ou a qualquer título.

## Société de Sucreries Brésiliennes

USINAS DE AÇÚCAR E  
DE ALCOOL

ESTADO DE SÃO PAULO:  
Distrito de São João del-Rei —  
Barão Feliz

ESTADO DO RIO (Campos):  
Copim — Paraíso

Com refinarias próprias

Escritório Central: SÃO PAULO  
Rua Barão de Itapetininga, 88  
— 9.º — Telefone: 4-4165

Escritório no

RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 18 -- salas 801/4  
Telefone: 23.2481

Fabricação de Açúcar de  
tintas as qualidades

Alcooes Industriais e Anidros

USINAS DE AÇÚCAR E  
DE ALCOOL

# Cel. Sebastião Herculano de Mattos



Com o falecimento do Cel. Sebastião Herculano de Mattos, que se achava convalescente no Hospital do I. A. F. E. T. C., perdeu a Sociedade Nacional de Agricultura um de seus mais dedicados companheiros e amigos.

Desempenhava o extinto, tão cedo roubado ao nosso convívio, o cargo de Membro do Conselho Superior desta Sociedade, e desfrutava, não só entre os demais companheiros de diretoria, como também entre todos os funcionários da casa, a mais elevada estima e aprêço, pela maneira acertada e, sobretudo humana, com que encarava todos os problemas, especialmente os relacionados com as atividades do homem do campo.

O florescente Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio, deve-lhe, sem dúvida, uma grande soma de bons serviços.

Em sua vida pública teve a oportunidade de ocupar cargos da mais alta projeção, tendo sempre procurado tudo fazer em prol do Município que tanto lhe deve pelo que de bom e útil conseguiu êle realizar.

Noticiando o seu passamento, que abalou, pode-se dizer, tôda a população do próspero Município fluminense, o jornal "O Povo", em sua edição de 19-9-1950 lembrou que êle fôra, em vida, "um dos maiores benfeitores de Nova Iguaçu".

De fato, não só nós cargos de projeção que teve a oportunidade de, com raro brilho desempenhar, mas também através de sua intensa e profícua atividade social, tudo fez o Cel. Sebastião Herculano de Mattos pelo Município de Nova Iguaçu e pela sua população, tanto que, mais de 3.000 pessoas, confundindo-se as mais destacadas figuras da sociedade local com os mais humildes trabalhadores, que devotavam ao extinto a mais sincera amizade, compareceram ao seu sepultamento.

Benquisto por todos, faltou o nosso saudoso companheiro quando muito ainda esperávamos de sua experiência, de seu dinamismo, de sua capacidade de trabalho e de seu idealismo.

Na Sociedade Nacional de Agricultura teve êle a oportunidade de desempenhar sempre desinteressadamente, numerosas comissões, dando conta sempre, com raro brilho, dos encargos que lhe eram confiados.

A Sociedade Nacional de Agricultura, ao registrar tão doloroso desenlace, deixa consignados, à digníssima viúva Sra. D. Herminia Berçot de Mattos e aos seus filhos, os seus mais sentidos pêsames.

# O bom reprodutor bovino

A escolha dos animais que devem servir como reprodutores é tarefa de grande responsabilidade para o criador que deseja realmente melhorar a qualidade de seu rebanho. No que diz respeito aos bovinos, devem ser atendidas as seguintes condições para assegurar o êxito de qualquer criação:

1 — O reprodutor saído do próprio rebanho (desde que apresente qualidades), é melhor do que o de fora, criado em outras condições climáticas ou sob regime diferente.

2 — O reprodutor de fora pode dar bons resultados quando traz alguma coisa que ainda não tem o rebanho. Demais a heterose, provocada pela diferença germinal entre êle e o rebanho a que vai servir, é um efeito favorável, mas nunca esquecer que não se trata de um bom efeito persistente.

3 — No considerar as qualidades produtivas do reprodutor, ou de sua família — verificar se o meio onde está sendo criado é o mais favorável para que essas qualidades se manifestem.

4 — Geneticamente o macho e a fêmea se equivalem, pois a carga hereditária ou genética de cada um é quantitativamente a mesma. E' que a massa cromosômica ou a carga de gens é equivalente à do outro.

5 — Na prática a influência do macho é maior, porque pode multiplicar-se muitas vezes mais numa só estação de reprodução. Daí dizer-se que o touro vale metade do rebanho.

6 — Escolher um reprodutor é uma tarefa muito séria e das mais difíceis, porque cheia das maiores responsabilidades. Um mau reprodutor pode estragar ou retardar de anos o melhoramento de um rebanho, porque as consequências são irreparáveis.

7 — Não esquecer que o touro leiteiro apresenta uma conformação peculiar que é o que se chama "tipo leiteiro", e que muito pouco tem a ver com a "raça" a que pertence. Por isso, a escolha do touro pelo "tipo" é por vezes muito mais importante do que a escolha tendo em vista os seus caracteres raciais.

8 — O "tipo" se escolhe examinando a cabeça, o pescoço, o perfil e conformação

OCTÁVIO DOMINGUES  
ZOOTECNISTA

do corpo, a pele e os pêlos, a constituição e o temperamento do animal.

9 — Os órgãos genitais perfeitos e sadios representam uma condição necessária e indispensável do bom reprodutor. Mas o exame apenas dessas regiões não basta. E' preciso ver se o semen é normal capaz de fecundar.

10 — A idade jovem não constitui impedimento ao aproveitamento do touro, desde que êle esteja em condições de gerar.

11 — O touro de boa linhagem, e que deu bons filhos e boas filhas, e pois já está de idade avançada — não deve ser eliminado da reprodução, pelo fato de haver ultrapassado a idade comum de reproduzir-se. Suas qualidades genéticas excepcionais não desaparecem com os anos. Desde que se mostre fecundo, deve ser aproveitada sua boa herança.

12 — O touro precisa apresentar uma expressão máscula e vigorosa, e ter um bom temperamento.

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA  
CAMARA  
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD  
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART  
DA SILVEIRA  
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO  
Redator-Secretário

Redação e Administração:  
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

# Estrume de curral -- Base de fertilização de nossas terras

E' o mais importante e o mais universalmente empregado de todos os adubos, consistindo na mistura das dejeções sólidas e líquidas dos animais com os detritos vegetais que lhes serviram de cama.

Tinham os antigos exata compreensão do valor do estrume para a fertilização das terras em um gráu elevado, que, abstraíndo das funções econômicas da criação, diziam ser o gado um *mal necessário*.

Realmente, o estrume de curral é o adubo mais completo (encerra azoto, ácido fosfórico, potassa e cálcio), o mais durável e, bem assim, o mais suscetível de melhorar as *propriedades físicas* do solo. Tendo-o ao seu alcance, mais comumente que qualquer outro, é a êle que deve recorrer o agricultor ou criador.

Desde que vendemos nossos animais, que exportamos nossas colheitas, claro está que, restringindo-nos à adubação orgânica, a fertilização não será completa, porquanto os alimentos ingeridos pelos animais vão fornecer-lhes o material indispensável à constituição da carne, do leite, da lã, etc., como no vegetal à produção dos frutos, das sementes, etc. Continuará, entretanto, o estrume a ser a *base da restauração da fertilidade do solo*, exaurida pelos animais e pelas culturas, variando o seu valor com a natureza e abundância da cama dos animais, com a sua nutrição, idade, raça e estado de saúde, e também com o modo de sua preparação, etc.

Dedicando-nos até hoje ao regime extensivo de cultura e ao aproveitamento das terras virgens, temos desprezado a importância representada pelo estrume, empregando-o, quando empobrecido dos sais solúveis pela ação das águas, nos currais descobertos, sujeita a ação do sol, reduzindo-o a uma verdadeira poeira sem valor. As urinas são totalmente perdidas, quando nos diz a análise química que elas encerram 13% de azoto, 12% de potassa e 1% de ácido fosfórico, em contraposição com as dejeções sólidas, que apresentam a composição: 4% de azoto, 3% de ácido fosfórico e 2% de potassa. Nunca poderá constituir elemento de valor — o estrume de curral — para o cultivador na fertili-

Professor ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

zação das suas terras, desde que não seja formado pelos excrementos sólidos e líquidos. Como condição primordial: o estrume precisa passar por uma preparação ou fermentação: 1.º, porque, então, não conterá os princípios nutritivos sob forma assimilável, dando ao solo uma matéria negra (humus) senão depois de ter sofrido fermentação, trabalho exclusivo de microorganismos chamados fermentos; 2.º, porque faltando a devida preparação, dão-se notáveis perdas de elementos de valor como o azoto, aliás o princípio mais caro e importante. No estábulo, por exemplo, o azoto das urinas, pela ação de micróbios, transforma-se em carbonato de amoníaco, corpo volátil. Na própria estrumeira, faltando os cuidados (*compressão e irrigação*) o ar pode penetrar, dá-se uma combustão com forte elevação de temperatura, ocasionando perda do azoto. O estrume cuja preparação está sendo mal conduzida, oferece um bom característico — o bolor branco, vivendo à custa da matéria orgânica.

Como dizia Boussingault, *pode-se aquilatar do valor de um agricultor, pelos cuidados que êle dispensa à sua estrumeira*.

Sendo as plantas e as pastagens exgotantes e estando provado que o *estrume de curral* lhes presta inestimável auxílio para a produção abundante e regular; havendo facilidades na criação entre nós, como justificar-se a não adoção de semelhante fertilizante?

Deliberado o proceder racionalmente, a primeira preocupação do agricultor consistirá na montagem da estrumeira. Escolhido o local, próximo aos estábulos e cocheiras (10 a 20 ms.) ou mesmo em ligação, longe da habitação e fora da ação do vento dominante, podendo conduzir os odores exalados na fermentação, nocivos à saúde, constrói-se uma plataforma impermeável (com cimento, terra comprimida, etc.) com pequena declividade, não permitindo a infiltração das urinas que,

obedecendo à inclinação, irão ter a uma fossa lateralmente ou no meio da plataforma. A dimensão da plataforma será proporcional à quantidade de estrume produzido (existindo fórmulas para o cálculo, admite-se, porém, que, qualquer animal, produz em estrume cêrca de 25 vezes o seu peso), ficando colocada no mesmo nível do solo ou um pouco enterrada, sendo recomendação importantíssima — que fique coberta.

Não podendo impedir totalmente as perdas, tem o agricultor recursos para diminuí-las sensivelmente: utilizando boas camas, havendo muita matéria prima para tal fim (samambaia, sapé, palha de feijão, de arroz, terriço, turfa, etc.), removendo-as constantemente e que sejam abundantes, absorvendo bem as urinas e impedindo o desprendimento de amoníaco; facilitando o escoamento das urinas não absorvidas para a fossa da estrumeira.

Resumem-se em duas prescrições fundamentais os cuidados na estrumeira: *compressão e irrigação*. A primeira, que muito depende do operário encarregado da estrumeira, que deve dispor o monte de estrume em camadas regulares, comprimindo-as em excesso, tem por fim evitar a penetração do ar e, portanto, o desprendimento do azoto sob a forma de carbonato de amoníaco. A segunda, — irrigação — constitui, inegavelmente, a proteção mais relevante para a preparação do estrume. Va-

lendo o estrume pela matéria negra que encerra, a irrigação com o líquido que escorre da estrumeira (purin) ativando a fermentação e, portanto, auxiliando a preparação da matéria negra (humus), vai enriquecê-la com o azoto e a potassa das urinas, de que são pobres as dejeções sólidas. Pois bem; a irrigação, independentemente de acelerar a transformação da massa em matéria assimilável pelas plantas, impede a formação do bolor branco. Os adubos orgânicos não perfeitamente fermentados danificam facilmente as plantas.

O estrume fornece às plantas os elementos nutritivos de que necessitam e, sendo de natureza esponjosa (humus) tem, a propriedade de reter a água enèrgicamente e, sob o ponto de vista físico, de melhorar tôdas as terras.

O Brasil viveu quatro séculos à custa de suas florestas e agora, para sobreviver, *tem que cuidar da fertilização das terras*. Todo proprietário rural deverá possuir sua estrumeira.

Caberia ao Ministério da Agricultura e às Secretarias de Agricultura dos Estados encetarem uma campanha de auxílios e orientação para construção de *estrumeiras* e *preparo do composto* para humificação do nosso solo a fim de aumentarmos e melhorarmos a produção agro-pecuária do país.

## ALMEIDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.

SÚCC. DE L. B. DE ALMEIDA & CIA.

RUA DOS ARCOS, Ns. 28 a 42 — RIO

IMPORTADORES e Distribuidores da Cia. Siderúrgica Nacional — Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e outras USINAS nacionais. CHAPAS de ferro PRETAS e GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas de aço e coberturas — FERRO em barra chato — VERGALHÕES redondos e quadrados — CANTONELRAS L.T.U — EIXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em barras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS de ferro galvanizados pretos, vermelhos e de aço para caldeiras de tôdas as grossuras e comprimentos e outros materiais do ramo.

FUNDAÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS

OFICINAS mecânicas em geral — COFRES e portas para casas fortes — FOGOES a gás, lenha e carvão de todos os tamanhos, marca PROGRESSO — FOGAREIROS a gás, carvão e álcool — PRENSAS para ladrilhos e escritórios — CADEIRAS para barbeiro e dentista ALMEIDA PINHO — BANCOS para jardins — FERROS PARA ENGOMAR a carvão e gás, marca IDEAL — TAMPÕES e RALOS para esgôto e seus pertences — CAIXAS PARA GORDURA — CAIXAS AUTOMÁTICAS — PANEIS para cola — COLUNAS de ferro fundido para iluminação de jardim

Comunicam a sua nova rede de telefones a saber:

Mesa tronco	52-2104
Secção de Vendas	52-2102
"	"
"	22-0409
Expedição	22-1584
Secção Técnica	52-2103
Contabilidade	22-1342
"	"
"	22-2549

# CASA DA AGRICULTURA



Este edifício, de 9 pavimentos, com uma área de cerca de 5.000 metros quadrados, e em fase de adiantada construção, à Avenida General Justo, ——— destina-se à séde da ———

## Sociedade Nacional de Agricultura



Projeto e Fiscalização do

ESCRITÓRIO TÉCNICO ARI AZAMBUJA

Rua Debret, 23, Salas 816-917 — RIO DE JANEIRO

# Banco de Crédito

Balanco em 30  
(Compreendendo)

## ATIVO

### A — DISPONIVEL

#### Caixa

Em moeda corrente .....		
Em depósito no Banco do Brasil .....	9.717.158,90	
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito .....	95.031.689,70	111.416.823,20
	6.667.974,60	

### B — REALIZAVEL

Empréstimos em C/Corrente .....	80.330.212,30	
Empréstimos Hipotecários .....	18.190.162,80	
Titulos Descontados .....	64.500.556,40	
Letras a Receber de c/própria .....	1.192.765,20	
Agências no Pais .....	536.653.903,90	
Correspondentes no Pais .....	103.561,50	
Outros créditos .....	279.010.768,70	979.981.930,80
Imóveis .....		1.384.633,30

#### Títulos e valores mobiliários:

Ações e debêntures .....	216.000,00	981.582.564,10
--------------------------	------------	----------------

### C — IMOBILIZADO

Edifícios de uso do Banco .....	12.435.829,70	
Móveis e Utensílios .....	4.788.264,60	
Material de Expediente .....	1.115.481,50	18.339.575,80

### E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Valores em Garantia .....	112.080.511,00	
Valores em Custódia .....	1.279.134,10	
Titulos a receber de c/Alheia .....	36.992.020,50	
Outras contas .....	237.149.511,20	387.501.176,80

1.498.840.139,90

NOTA: — Na verba "Outros Créditos" está incluído o valor da borracha adquirida e em estoque: ..... Cr\$ 231.767.386,70.

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS

### DÉBITO

JUROS abonados a depositantes e outras despesas de juros .....		294.404,00
DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO: Honorários da Diretoria; vencimentos e gratificações dos funcionários; aluguéis de imóveis; material de escritório; impostos; donativos; instalações; comissões e outras despesas gerais .....		17.483.046,10
PERDAS DIVERSAS .....		611.711,40
FUNDO para amortização de imóveis, móveis e utensílios .....		
<b>Distribuição do Lucro Líquido:</b>		
Fundo de Reserva (5%) .....	2.223.698,00	
16.º dividendo à razão de 6% a. a. ....	4.500.000,00	
Fundo de Assistência aos Funcionários (art.º 48 dos estatutos) .....	889.479,20	
Fundo para Prejuízos Eventuais .....	36.860.782,40	44.473.959,60
		63.305.088,20

Octavio Augusto de Bastos Meira  
Presidente

Belém, 30 de D

**da Amazônia S. A.**Dezembro de 1950  
(Matriz e Agências)**PASSIVO****F — NÃO EXIGIVEL**

Capital .....	150.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal .....	11.264.213,80	
Fundo de Provisão .....	76.259.497,80	
Outras Reservas .....	229.738.451,50	467.262.163,10

**G — EXIGIVEL****Depósitos****à vista e a curto prazo:**

de Poderes Públicos .....	2.116.661,00	
de Autarquias .....	33.278,80	
em c/c sem limite .....	11.836.038,20	
em c/c limitadas .....	2.680.890,50	
em c/c populares .....	1.293.703,20	
em c/c sem juros .....	3.929.686,90	
em c/c de aviso .....	27.568,80	21.917.827,40

**a prazo:**

de Poderes Públicos .....	137.372,10	
---------------------------	------------	--

**De diversos:**

a prazo fixo .....	19.020.498,30	19.157.870,40
--------------------	---------------	---------------

41.075.697,80

**Outras responsabilidades**

Letras a Pagar .....	252.981,90	
Agências no País .....	516.253.618,80	
Correspondentes no País .....	76.375,70	
Ordens de pagamento e outros créditos .....	31.515.047,50	
Dividendos a Pagar .....	31.124.152,70	579.222.176,60

620.297.874,40

**H — RESULTADOS PENDENTES**

Contas de resultados .....		23.778.925,60
----------------------------	--	---------------

**I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Depositantes de valores em garantia e em custódia ..	113.359.645,10	
Depositantes de Títulos em cobrança no País .....	36.992.020,50	
Outras contas .....	237.149.511,20	387.501.176,80

1.498.840.139,90

**PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1950****CRÉDITO**

LUCRO EM BORRACHA .....	18.947.189,10
LUCRO EM LÁTEX .....	38.283,10
LUCRO EM MERCADORIAS .....	53.462,00
RENDAS DE JUROS E DESCONTOS .....	17.951.504,20
RENDAS DE COMISSÕES .....	511.250,30
RENDAS DIVERSAS .....	25.803.399,50

63.305.088,20

zembro de 1950

José Castanheira Iglesias  
Chefe do Dep. Geral de Fiscalização e Contabilidade  
Reg. n. 68.164 — CRC n. 348

# Tem novo Diretor o Serviço de Economia Rural

*Ao tomar posse do cargo de Diretor do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, o Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Câmara, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e que antes já havia ocupado aquele importante cargo, pronunciou o seguinte discurso:*

“Funcionário do Serviço de Economia Rural, e dos mais antigos, nele já havendo exercido as funções de Secretário na gestão do Prof. Arthur Torres Filho, de chefe de Secção e de Diretor, volto agora, alguns anos de ausência decorridos, animado do propósito de bem servi-lo e, assim, com a esperança de corresponder à confiança de Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura — Dr. João Cleofas que, com a responsabilidade de agricultor, de industrial e, sobretudo, de economista, dispensa ao S. E. R. a atenção que bem merece e dêle espera a mais proveitosa e eficiente colaboração.

Com fundamentadas esperanças acredito que, irmanado com os seus técnicos e demais servidores, em idênticos propósitos, quais sejam os de trabalhar e produzir, haveremos de proporcionar à administração os elementos exigíveis do Serviço, dentro das atribuições amplas e complexas que lhe foram cometidas.

Não temos programa outro que não seja sem preocupações de ordem pessoal, dar cumprimento à tarefa que nos cabe executar. Não voltaria ao exercício do cargo em que acabo de ser empossado, si não sentisse, realmente, a necessária disposição para manter-me a coberto de quaisquer paixões. Nosso propósito é favorecer o desenvolvimento de um climax de confiança e tranquilidade para o qual todos devem contribuir com os melhores esforços. Dêsse ambiente resultará, sem dúvida, para o Serviço de Economia Rural, incompreendido face a multiplicidade de suas atribuições nos setores a que é chamado a intervir, benefícios reais.

A confiança que cada um depositar no próprio trabalho e o entusiasmo pôsto na sua execução não escapam aos olhos daqueles que lidam com o S. E. R. e nem, em consequência, à apreciação do público.

No setor PESQUISAS vasto é o campo a explorar e, limitados, limitadíssimo, os recursos a utilizar. Necessitaremos interessar as Agências procurando dotá-las com os recursos indispensáveis a uma eficiente atuação. O recrutamento e o preparo de pesquisadores, tanto para a órbita dos estudos econômicos como para a dos sociais, deverá ser feito procurando-se realizar, no próprio Serviço, cursos com o objetivo de despertar um maior interesse entre os seus funcionários pelos trabalhos de pesquisas.

Impõe-se nesse setor atividade ininterrupta e objetiva, visando, sobretudo, no momento, a continuação dos estudos sobre o custo da produção, o conhecimento dos embaraços oferecidos à circulação dos produtos agro-pecuários e, finalmente, do que se torna necessário, nos principais centros populosos, ao aparelhamento dos respectivos mercados para que atendam aos mais justos anseios dos consumidores e assegurem aos produtores melhores e mais vantajosas condições à venda de seus produtos.

Investigações bem conduzidas e oportunas nos centros produtores proporcionam elementos preciosos de orientação e podem evitar, inspirando medidas antecipadas, melhorando as condições de abastecimento e fortalecendo o mercado interno — evitar ou atenuar os efeitos do frequente “engarrafamento” da produção até mesmo em zonas aparentemente aparelhadas com recursos que, de fato, necessitam mas não possuem. A mingua dessas investigações o que se vê e observa, com alarmante e desencorajadora influência sobre a produção agro-pecuária do país, é surgir aqui e ali, com prejuízos para todos e sobretudo para a economia nacional, o problema dos “excedentes” e das “deficiências”. Excedentes e deficiências resultantes dos nosso métodos de trabalho e, principalmente, das nossas precárias condições de transporte e do nosso defeituoso mecanismo de circulação.

Nos setores de COOPERATIVISMO E PADRONIZAÇÃO, tanto no primeiro como no segundo, seria desejável o mais completo entrosamento entre os respecti-

vas Secções. A defeituosa estrutura do S. E. R. não justifica a ausência de um esforço, que renovaremos com diferente feição, no sentido de ser alcançado, em respectivos trabalhos. O regime de acórdos instituído quando foi organizado o S. E. R. dificultará, em uns Estados mais do que em outros, naturalmente, que se estenda a ação do Serviço fazendo-se sentir realmente eficaz e proveitosa em qualquer parte do país onde se torne necessária e venha a ser exercida.

Os trabalhos de orientação tanto em um como no outro setor devem ser contínuos e cada vez mais persuasivos, revestindo-se os de fiscalização de um alto cunho moral-educativo.

No setor cooperativismo, não será impertinência insistir por uma política de estreitamento das relações inter-cooperativas, praticamente inexistentes, e, sobretudo, de entendimento mais amplo e compreensivo entre as sociedades cooperativas e o S. E. R. e entre este e a Caixa de Crédito Cooperativo. Favorecer o desenvolvimento de um clima de compreensão e entendimento — clima indispensável à melhoria do mecanismo de funcionamento das sociedades cooperativas, constitui dever indeclinável de todos os responsáveis pelo movimento cooperativista brasileiro.

No setor padronização convenientes e oportunos esforços impõem-se no sentido de serem atualizadas e codificadas as especificações baixadas visando a padronização dos produtos agro-pecuários e a sua defesa no comércio interno e nos mercados internacionais. É grande sua importância e considerável o vulto dos interesses em torno de sua atividade.

Exigem as circunstâncias a organização no S. E. R. de um novo setor de atividade, — o relativo aos trabalhos de organização da classe rural que desde a vigência do Decreto-lei 8.127 e de seu Regulamento vinham sendo realizados na S. P. E. S., por uma só pessoa — o nosso presado colega Dr. Roberto Campêlo — técnico de notável capacidade de trabalho e reconhecida competência na especialidade. Esse problema, de âmbito e interesses nacionais, e dele dependendo a orientação que se há de imprimir à reforma agrária brasileira, constitui objeto de atenção do Governo e de especiais recomendações do Senhor Ministro. Os trabalhos referentes, consideravelmente ampliados nos últimos anos tendem, com a instalação da Confe-

deração Rural Brasileira prevista em lei e com a parte que vier a caber ao Ministério da Agricultura, no planejamento e na execução dos serviços sociais da agricultura, a exigir muito esforço e, portanto, adequado aparelhamento para enfrentar, colaborando estreitamente com a classe interessada, ouvindo-a e orientando-a quando necessário, os problemas ligados à organização social da agricultura brasileira em moldes de defender o homem do campo, melhorando-lhe as condições de vida e o próprio meio rural nêle compreendidas as comunidades locais. O movimento associativo em a nossa agricultura tem-se desenvolvido. O ritmo dêsse desenvolvimento, entretanto, não corresponde e está muito longe de corresponder às necessidades do meio rural brasileiro. As associações como projetadas, com a indispensável influência dos seus núcleos em toda área territorial de cada uma, para que se revistam da verdadeira capacidade representativa e traduzam, autorizadamente, anseios e necessidades reais do nosso ruralista, necessitam grande esforço de coordenação. E êsse esforço, num trabalho paciente e persuasivo a que, conforme determinação do Senhor Ministro, não ficará alheio o Ministério da Agricultura, terá de se estender a cada um dos municípios brasileiros e cobrir a todos os respectivos distritos.

Além das Federações de Associações Rurais existentes e já reconhecidas, duas ou três outras poderão ser organizadas dentro em pouco. A verdade, porém, é que não podem ainda organizar suas federações unidades de grande expressão na vida agrária brasileira, tais como os Estados do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí e Mato Grosos, bem como a Amazônia (Pará, Amazonas, Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé), o que vale dizer toda uma região geo-econômica das cinco em que se divide o país.

Dificuldades de ordem legal, si houverem, poderão ser removidas prontamente com a revisão do Regulamento baixado com o decreto n. 19.882, de 24 de outubro de 1945, para a execução da lei que dispõe sobre a organização da vida rural, isto é, do Decreto-lei n. 8.127, da mesma data.

Sentimos necessário, para que possa a ação do Serviço se estender a todo o país e atingir seus objetivos essenciais, a criação de Agências nos Estados que não as

possuem, e, bem assim, nos Territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco.

Devem as novas Agências e também aqueles dentre as existentes ainda desaparelhadas disporem dos recursos indispensáveis inclusive de equipes de auxiliares treinados para os trabalhos de pesquisas, cooperativismo, padronização e, especialmente, para os de planejamento, organização e execução.

Esforços não pouparemos, perseguindo o objetivo de, sob a orientação do Senhor Ministro da Agricultura, e em acôrdo com o seu programa prestar o SER., efetivamente, a contribuição que lhe compete neste decisivo moento da vida brasileira.

Senhores

Ao encerrar essas considerações breves e necessárias, quero render àqueles a quem venho substituir os presados colegas e amigos Júlio Cezar Covelo e Diogenes Caldas e aos que têm ocupado êsse pôsto, — de Sarandy Raposo a Torres Filho, — de José Arruda de Albuquerque a Rafael Xavier, as homenagens que considero lhe serem realmente devidas.

USINA BARCELOS

Barcelos — E. do Rio

Companhia Agrícola

e

Industrial Magalhães

Açúcar Cristal Barcelos

Alcool Anidro e Potável

PRAÇA PIO X, 98 — 7º  
and. - s/704

TELEFONE: 43-3415

— RIO DE JANEIRO —

## Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS  
— GERENTE: O. ASSUMÇÃO  
— SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

SELEÇÕES AGRICOLAS LTDA.  
PROPRIEDADE DE EDITORA

ASSINATURAS:

Brasil — Ano ..... Cr\$ 36,00  
Exterior — Ano ..... Cr\$ 70,00  
Número do mês .... Cr\$. 3,00  
Atrazado ..... Cr\$ 5,00

Redação e Administração:

Avenida Nilo Peçanha,  
26 - 12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

*Aceitam-se agentes no interior*

Desde a casa modesta  
até o arrogante  
arranha-céu

Tintas  
Esmaltes  
Vernizes



Ypiranga



PROTEGEM E  
EMBELEZAM



# Subsídios para a história do movimento cooperativo brasileiro

por FÁBIO LUZ FILHO

Costumo, muitas vezes, aludir ao que tenho feito e apoiar conceitos meus em nomes de grandes tratadistas, pois tenho 24 anos do serviço público e longa e penosa experiência... Sei como é o Brasil o país onde os santos de casa não fazem milagres a não ser quando escudados em nomes estrangeiros, mesmo que seus cidadãos possuam, como eu (permitam-no a imodéstia, que é necessária no caso), doze livros publicados com várias edições e referências elogiosas de grandes nomes e entidades nacionais e estrangeiras.

Para não citar outros juizes criticos estrangeiros e a opinião recente de **J. Crizet**, da Oficina Internacional do Trabalho, de Genebra, basta dizer, para frisar como meu esforço não tem sido inútil e tem repercutido no estrangeiro, que acabo de receber de "Casa de Rochdale", da Argentina, o título de rochdaliano, assinada por líderes como **Bottini**, **Babenco** e **Zavallo** acompanhado de uma mensagem numiamente sensibilizadora que guardarei como recompensa bastante a esses 24 anos de lutas, aos quais nem calúnias faltaram contra mim, na ronda de despeitos e vaidades, que não admito intransigências. Fui o primeiro brasileiro e o segundo sul-americano a ter um trabalho editado pela União Panamericana, de Washington.

Esse remontar a nomes e fatos do passado, e mesmo do presente, que faço, constitui, ao meu ver, justa reivindicação, antepôrto à meditação, roteiro para os novos combatentes e para os estudiosos. Friso isso e peço que os leitores me desculpem esta digressão de aparente exibicionismo; mas, tenho razões sérias para destopetear farfalhudos inimigos do cooperativismo no Brasil, que eles existem até nas esferas oficiais, declarados, acintosos, atrevidos, mordicantes, com ares fanfarrões de iconoclastas, mentalidades atrabiliárias e fáceis na invectiva, uns, ou sub-reptícios, ou reptantes, torcicolantes e indisiosos, outros, nas suas chatiscos empavesadas.

Já quiseram meninotes irresponsáveis e tunantes babujar, em deprimente cassange, a luminosa e cristalina glória de **Rui Barbosa!**...

Se nós, neste país de negativismos, de generalizada annésia anterógrada, principalmente em relação aos que dão seu abnegado esforço, embora sem brilho, mas com a força de sua alma e de sua cultura adquirida por si mesmos e com sacrifício da própria saúde e de bens materiais, e do pouco de praseres que se podem desirutar neste mundo, não assinalarmos com pedras brancas o pouco que modestamente fizemos, pobres pigmeus, como subsídio para o único patrimônio que, na nossa pobreza, podemos deixar aos nossos filhos e à nossa terra...

O que nos vale é que, ainda em vida, brasileiros e estrangeiros há que sabem dar valor a esse desinteressado trabalho apóstolar

A **Fabra Ribas**, ilustre mestre, agradeço o conceito tão cativantes que constam de seu artigo in-

serto no número de outubro p.p. desta revista com as quais consagra o meu trabalho e o de **Valdiki Moura** Manifestações como estas confortam e estimulam.

Morreu o **Dr. Adolfo Gredilha** em extrema pobreza. Com suas qualidades incontestes foi, inevitavelmente, um líder cooperativista, ao lado do saudoso **Saturnino de Brito**, este de cultura e de feito diversos, mas também com contribuições valiosas à lei 22.239 e ao movimento brasileiro.

Interrompo, por isso, a série de artigos em torno de um projeto de lei para prestar homenagem a esses dois companheiros desaparecidos.

Com o recente falecimento do **Dr. Adolfo Gredilha** abriu-se enorme claro na ainda reduzida fileira dos sinceros vexilários do ideal cooperativo no Brasil.

Com a morte deste companheiro de réfregas do pequeno grupo da ex-Secção de Crédito Agrícola só restam dois: eu e a atualmente **Da. Maria Isabel Veloso Nóbrega de Siqueira**, ao tempo **Maria Isabel Breves Veloso**, sobrinha de Wenceslau Belo e ligada à conhecida família Breves, de grandes proprietários rurais do tempo do Império. Deu-nos ela, então como datilógrafa, o precioso contingente de sua rara dedicação e capacidade de trabalho.

Venho, em sincera homenagem, fazer um retrospecto da ação desse pequeno grupo que galhardamente resistiu ao alude de deturpação dos bancos populares, os quais, agora, com meflua sub-repção, se estão adornando com outros títulos...

Em São Paulo comigo atuou inicialmente o **Dr. Adolfo Gredilha**, em 1930/31 pela conferência e pela palestra.

Da Secção de Crédito Agrícola, que funcionou de 1927 a 1933 sob minha chefia, nasceu a lei 22.239, que favoreceu o surto cooperativo no Brasil, notadamente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, sem falar no trabalho pessoal anterior de propaganda pelo livro, pelo folheto, pela conferência e pela palestra levada a efeito por **Saturnino Brito**, **Gredilha** e por mim.

Firmou essa lei os verdadeiros princípios doutrinários à cuja sombra se intensificou o movimento cooperativo.

São Paulo criou, em agosto de 1933, o seu "Departamento de Assistência ao Cooperativismo", o primeiro a fundar-se no Brasil, logo seguido por outros Estados. Continuou ele a orientação da Secção de Crédito Agrícola.

Não fôra a ação persistente e desassomburada desses três funcionários (**José Saturnino Brito**, **Adolfo Gredilha** e **Fábio Luz**) com o apôio valioso do **Dr. Artur Tórres Filho**, do Sr. Ministro, **Dr. Lira Castro**, e do **Dr. Luciano Pereira**, em meio das maiores dificuldades, sendo uma delas a pró-

pria lei 1.637, sem falar na pressão de políticos, não fôra essa ação persistente e desassombrada e o cooperativismo no Brasil ainda seria um mito, porquanto foi a Secção de Crédito Agrícola a única voz que então se levantou em todo o Brasil contra a deturpação desse admirável sistema de organização econômica, deturpação de que os celebres "bancos populares" eram uma triste prova.

Iniciou ela atividades em julho de 1926, sob a chefia do Dr. Antonio de Arruda Câmara, que dela se retirou em princípios de janeiro de 1927

O órgão oficial que substituiu esta Secção em 1933 não só encontrou uma lei em linhas gerais boa, como um ambiente já aberto à idéia cooperativa em todo o Brasil, notadamente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, (neste através de Paulo Monteiro de Barros), preparado pelos técnicos dessa pequena mas operosa Secção. O próprio movimento de sindicalização da lavoura cafeeira havia sido aventado por mim nos meus livros ("Sindicalismo e cooperativismo agrários" edição de 1931 e, posteriormente, em "Sociedades cooperativas"), e por mim e pelo dr. Adolfo Gredilha nas nossas conferências em São Paulo (onde colaborámos, juntamente com o Instituto do Café, no estudo das cooperativas regionais de café, o que foi historiado na publicação "O cooperativismo e a atuação da Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas). Fundei em 1931 a Cooperativa de Laticínios Cruzeirense, célula-mater da atual federação de laticínios paulista, em cujos estatutos colaborei. (As primeiras cooperativas de laticínios que deram lugar à atual Central do Distrito Federal, foram também obra da Secção que chefiou. A primeira surgiu em Barra Mansa, no Estado do Rio, por ação direta e local do Dr. Geraldo de Barros).

Em virtude de uma carta que a mim e ao Dr. Adolfo Gredilha foi dirigida, em fevereiro de 1933, pelo Instituto do Café, a quem havíamos remetido nada menos de 500 estatutos de sindicatos agrícolas, o dr. Adolfo Gredilha partiu para São Paulo e, depois de entendimentos com o diretor do Instituto do Café, lançou o plano da organização sindical da lavoura cafeeira, fazendo ver ao então Diretor, Sr. Sarandí Raposo, (outro grande batalhador e precursor morto) que nenhum inconveniente via na adoção do mesmo. Esse movimento também se prende, por conseguinte, à ação da ex-Secção de Crédito Agrícola.

Por motivos ligados à direção da Secção, deixei de partir com o dr. Adolfo Gredilha que permaneceu mais tarde, em São Paulo até, mais ou menos, 1939, quando se transferiu para o Rio Grande do Sul, investido também em funções oficiais, depois de uma viagem ao Paraná.

De 1930 a 1940, vêzes sucessivas estive em São Paulo. Percorri o Estado do Rio, Minas, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, no qual me demorei dois meses. De 1940 a 1946 meu estado de saúde fez com que interrompesse essas viagens, recomeçadas em 1946, tendo recentemente visitado, com compreensível emoção, a Bahia, berço da nacionalidade, terra de meus pais, avós e numerosos parentes outros, dentre os quais Zacarias Luz, o ilustre orador sacro, e Frei Santa Catarina Furtado, o émulo de Mont'Alverne dos tempos imperiais, na sua escachoante eloquência.

Em 1931 contribuí para a fundação da primeira cooperativa de laticínios do Estado de São Paulo, como já disse, a de Cruzeiro, que criou clima

# CRIADORES

**Prefiram os produtos veterinários  
RAUL LEITE. São todos de eficiência  
comprovada e segurança absoluta.**



**VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS.  
PRODUTOS PARA TÔDAS AS  
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS  
ESPÉCIES ANIMAIS**



**Na febre Aftosa — KUROS E CO-  
LOIDO-CALCIO.**

**Para banheiros carrapaticidas —  
GAVIÃO.**

**Nas bicheiras e bernas — CRESOS.**

**Nas verminoses — FENOTIAZINA  
— FENOLFTALEINA.**

**Nas frieiras — FRIEIROL.**

**Nas intoxicações — VITOS.**



**Peçam folhetos e preços aos repre-  
sentantes nos Estados ou aos**

**Laboratorios  
Raul Leite S. A.**

**RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130  
\*  
RIO DE JANEIRO**

para as escolares e para a atual Central paulista. Isto através da ação pessoal e do livro e da palestra. A primeira cooperativa escolar do Estado de São Paulo a do 1.º Grupo Escolar de Cruzeiro (1933), como o acentuo em meu livro "Cooperativas escolares", seguindo logo o seu exemplo o de Itagaçaba. Em 1937 fundei uma cooperativa agrícola de venda em Mogi das Cruzes, antecessora da que, se fundou sob a ação do D. A. C. O. dr. **Adolfo Gredilha** e eu orientámos a fundação da primeira cooperativa avícola do Estado de São Paulo, infelizmente desaparecida após luta titânica com vários fatores adversos. Antes, nossas contribuições às de café.

O decreto 17.339, de 2 de junho de 1926, aprovou o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das caixas Raiffeisen e dos bancos Luzzati, de conformidade com o artigo 40 da lei 4.984, de 31 de dezembro de 1925. Esta lei orçou a receita geral da República para o exercício de 1926 e foi obtida pelos interessados no sentido de tirar às cooperativas de crédito, amparadas ao decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907, do regime que estabeleceu a lei 14.728, de 16 de março de 1921, criadora da fiscalização bancária, que sobre aquelas cooperativas se fazia sentir, com rigor, por não ter visto a então Inspetoria Geral dos Bancos, ao tempo dirigida pelo Dr. Luciano Pereira, nenhuma diferença entre os chamados bancos populares, principalmente, e as casas bancárias comuns, de fins puramente mercantis.

Até à data do decreto 17.339, tinha a Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola a incumbência pelo seu regulamento, da propaganda apenas do sindicalismo e do cooperativismo agrícolas. Essa propaganda, em meio aos múltiplos encargos da Diretoria, foi feita na medida do possível, tendo sido, em 1920, encarregado da propaganda das cooperativas de crédito **Dr. Plácido de Melo**, dando êle início à propaganda das caixas rurais e, posteriormente, a dos bancos cooperativos, porém, fugiram, êstes, em sua maioria, aos princípios do cooperativismo autêntico e fizeram do crédito popular e agrícola uma abstração não obstante seus efusivos congressos e o apoio do clero e dos políticos. Num dêles, negaram-me a palavra...

Foram, assim, surgindo as cooperativas a que se referiu a exposição do dr. **Artur Torres Filho** relativo ao ano de 1926, e relatórios sucessivos até 1931, datando daí o começo da resistência moralizadora oposta pela Diretoria (já agora com a responsabilidade da fiscalização e da defesa dos tipos clássicos Raiffeisen e Luzzati e com um perfeito conhecimento da organização dos estabelecimentos de crédito existentes, pela remessa de estatutos e outros documentos, para fim de registro) à onda de desvirtuamento do são cooperativismo. Esta onda, não contente com invadir as cooperativas de crédito, já pretendia estender a sua influência deletéria a outras formas de cooperativas, apanhada a estrutura básica nos folhetos da própria Diretoria e mutilada ao sabor dos interessados, ficando a Diretoria na impossibilidade de coibir essas deturpações, desamparada de meios coercitivos, como já frisei.

A Diretoria do Fomento mandou imprimir milhares de folhetos, organizados pelos técnicos da Secção de Crédito Agrícola, folhetos êsses que

serviram de base com as "Instruções complementares", aos atuais estatutos e a disposições da própria lei 22.239. Nesta, e naquêles estatutos, repousou a lei 5.839, hoje revogada com o restabelecimento da lei 22.239, nêsse continuo vai-vem diferente, como veremos.

Um dos trabalhos de mais destacado relêvo levados a efeito pelos técnicos da Secção de Crédito Agrícola foi a elaboração de estatutos de várias formas de cooperativas (lactícinios, vitivinícolas, cítricas, xavícolas, algodoeira, trabalho, consumo, hortícolas, de panificação, bancos Luzzati, caixas Raiffeisen, escolares, compra e venda, sindicatos agrícolas, sindicato central e regional de produtores de açúcar e álcool-motor; federações, etc.) organizados, uns, por mim, outros por **José Saturnino** e **Adolfo Gredilha**, cuja contribuição foi valiosa, como a de Saturnino Brito, de vez que se lhe deve a estrutura orgânica dêsses estatutos, até hoje seguidos em todo o Brasil (tendo até sido, em grande parte, encaixados na lei 5.893 pelos que lhe elaboraram o projeto, alguns com um conhecimento superficialíssimo de questões cooperativas e sem o menor vislumbre de noções práticas do mesmo, e muito menos de legislação comparada).

Devem-se ao Dr. **Adolfo Gredilha** os seguintes trabalhos, nessa fase: além das "Instruções complementares e circulares, estatutos de sindicatos agrícolas, cooperativas agrícolas de compra e venda, caixas Raiffeisen e bancos Luzzati, sem fazermos alusão a um sem-número de pareceres.

Outro trabalho de relevância foi, como disse, o feito em junho de 1931, junto ao **Instituto do Café do Estado de São Paulo**, a pedido dêste, no sentido de serem examinados os estatutos das cooperativas regionais de café. Este movimento partiu dum grupo de fazendeiros e intelectuais paulistas, à cuja frente se encontrava o Sr. **Cesariano Afonso dos Santos**, o qual já havia submetido os referidos estatutos à apreciação da Secção de Crédito Agrícola, na minha pessoa e na do Dr. **Adolfo Gredilha**. Atendendo a êsse pedido foram pelo Sr. Ministro designados para êsse trabalho o Dr. **Adolfo Gredilha** e o autor dêste artigo.

Deram êles também seu concurso, a convite da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, ao Congresso Algodoeiro de Tatuí, realizado em fins de junho de 1931, nêsse mesmo Estado, onde pelos mesmos foi orientada a fundação de uma cooperativa algodoeira e realizadas duas conferências sobre cooperativas algodoeiras e crédito agrícola. Já haviam realizado também conferências em Limeira, zona citrícola.

A minha conferência sobre cooperativas algodoeiras foi publicada integralmente numa revista de São Paulo.

Oposta assim, uma barreira tenaz à onda avasaliante de desvirtuamento com a criação da Secção de Crédito Agrícola, foi, pela mesma Secção, paralelamente, intensificada a propaganda dos puros princípios cooperativos, surgindo, a pouco e pouco, várias formas de cooperativas já dentro dos princípios básicos e imutáveis, sendo baixadas em 1927, pelo dr. **Lira Castro**, **instruções complementares para a boa execução do decreto número 17.339**, de 2 de junho de 1926, instruções essas suspensas posteriormente e baixadas novamente, revistas, em 20 de fevereiro de 1929, depois de um certo número de providências, entre elas e os estatutos modelos de caixas Raiffeisen e bancos Luzzati.

Entre as providências acima situa-se a própria regulamentação da lei 1.637, tendo sido designados para isto os drs. **Luciano Pereira** e **Adolfo Gredilha**. Na época o Dr. **Luciano Pereira** era secretário do dr. **Lira Castro**, digno ministro da Agricultura e sincero cooperativista. Feita a regulamentação e encaminhada ao Dr. **Washington Luiz**, este se negou a assiná-la, sob o pretexto de que não ia regulamentar uma lei depois de vinte anos. É que os interessados tinham força política...

O Dr. **Plácido de Melo** (não obstante sua cultura e sua qualidade de funcionário de Secção de Crédito Agrícola) não foi em nada estranho a esse movimento de resistência contra a orientação dos que defendiam os lédimos princípios, e o dr. **Miguel Calmon** chegou a prestar o prestígio do próprio nome a um folheto fraquíssimo no qual defendia o voto plural. Os "bancos populares", acolitados por uma federação de bancos que existia na rua 1.º de Março, hoje pujante sociedade anônima, distribuíram, triunfantes, semelhante opúsculo, supondo que, com êle, podiam destruir o que divulgávamos, eu e **Saturnino Brito**, em nossos folhetos e livros, na defesa dos sadios ditamos cooperativos.

Essa situação perdurou até dezembro de 1932.

Os interessados, até esta data, continuaram cerrando fileiras, opondo uma resistência tenaz a execução do decreto número 17.339 e das "Instruções", que exigiam os tipos clássicos, e às instruções complementares, lançando mão de argumentos de toda classe, estabelecendo uma situação de tropeços e de lutas, conservando-se as cooperativas de créditos que não se registraram na Diretoria, indefinidamente sem fiscalização.

A promulgação do decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, publicado pelo "Diário Oficial" de 23 do mesmo mês, e de que foi relator e redator final o Dr. **Adolfo Gredilha**, representa, assim, a conquista justa de um longo período de lutas, trabalhos exaustivos e estudos especializados de um núcleo de abnegados, o qual opôs, pela incessante palavra escrita e falada, uma barreira im-

pertérrita ao desvirtuamento em preamar, que avassalava.

Folhetos e livros distribuídos pela Diretoria, uns de **Arthur Torrres Filho**, outros meus e de **José Saturnino Brito** e **Adolfo Gredilha**; as palestras, artigos em jornais e revistas, conferências, etc., modificaram paulatinamente o ambiente e a prevenção que em toda a parte se manifestava contra a cooperativismo comprometida pelas pseudo-cooperativas, advindo as numerosas formas a que já me referi. Ao lado disto, a larga distribuição feita pela Diretoria de publicações outras, tais como "A previdência e o crédito agrícola", de **Wencelau Belo**, antiga edição da Sociedade Nacional de Agricultura, reeditada em larga tiragem pela Diretoria e logo esgotada; **Manuel à l'usage des fondateurs et administrateurs des caisses rurales**, precioso manual de **Louis Durand**; "Sociedades Cooperativas", de **Mário Bravo**, e escritor argentino; livros dos funcionários **Saturnino Brito** e **Fábio Luz**; a **Ragioneria delle cooperativa di consumo**, de **G. Rota**; "Codice della Cooperazione de Coppola d'Anna," etc. E milhares de trabalhos mimeografados por mim pessoalmente e inúmeros pareceres arquivados em nada menos de 6 grossos volumes hoje encardernados, formato 40 por 25 centímetros, assim como ofícios que decorreram da intensa campanha, e cujo conteúdo respira toda a propaganda prática e doutrinária; informações sem-números e fiscalizações in-loco, dentre as quais se destacam as feitas pelo dr. **Adolfo Gredilha** nas caixas rurais de Itaocara e Nova Friburgo.

Na Paraíba teve destacada atuação o então inspetor agrícola, Dr. **Diogenes Caldas**; em Alagoas os drs. **Evaristo Leitão João Palmeira** e **Otávio Caldas**; em Pernambuco, o dr. **Raimundo Fernandes e Silva** e; no Rio Grande do Sul, os drs. **Paulo M. Monteiro de Barros** e **Luiz Gomes de Freitas**, dentre alguns outros.

Este o esboço histórico que desejava fazer em homenagem ao dois companheiros "desaparecidos", e para que esse período fique, mais uma vez, com seus contornos bem nítidos...

QUANDO A DÓR  
DE CABEÇA...

provém de distúrbios  
estomacais e  
mã digestão, recorra  
imediatamente ao

"SAL DE FRUCTA"

**ENO**

MAIS DE 70 ANOS DE REPUTAÇÃO



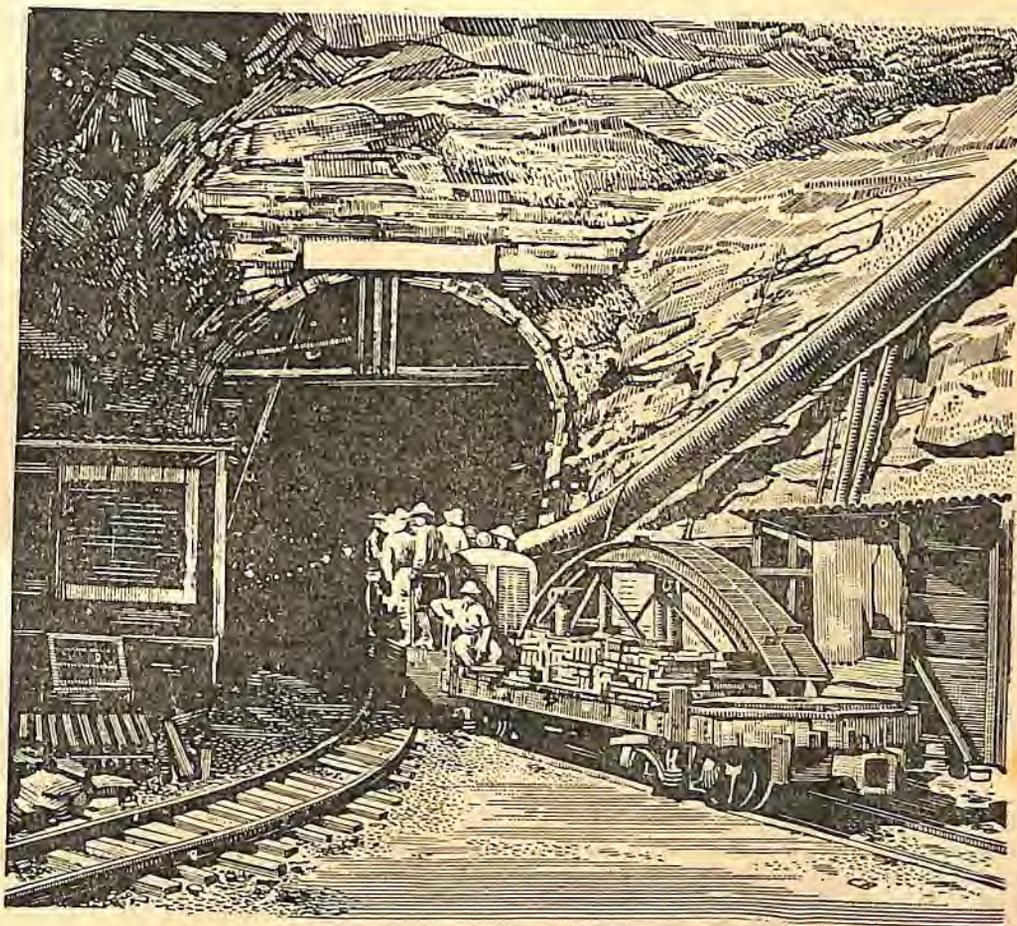
PEÇAM O

PEQUENO  
MANUAL  
DO CRIADOR

do Médico - Veterinário  
DR. JORGE VAITSMAN

Caixa Postal 3328

RIO



## GIGANTESCAS OBRAS EM RÁPIDA EXECUÇÃO

JÁ PERFURADO O TÚNEL DE SANTA CECÍLIA COM  
3.311 METROS.

**P**rosseguem em ritmo acclerado as grandes obras que a Light está realizando a 2 quilômetros de Barra do Pirai para o desvio de parte das águas do rio Paraíba para a Usina de Fontes. 3.000 operários trabalham ativamente, em turmas que se revezam dia e noite, para mais rápida conclusão desse empreendimento. O túnel de Santa Cecília, aberto em rocha viva, em ambas as extremidades, para receber as águas do Paraíba, com a extensão de 3.311 metros, já teve concluída a sua

perfuração, a qual foi feita com 3 meses de antecedência sobre o prazo previsto. Todos os esforços estão sendo empregados para que essas obras terminem antes do tempo pre fixado no respectivo projeto. No entanto, em face da prolongada estiagem dos anos de 1949 e 1950, que diminuiu sensivelmente o volume d'água do Reservatório de Lajes, é preciso que todos economizem o seu consumo de energia elétrica para que, na próxima estação das secas, a situação não se agrave ainda mais.



# ECONOMIZEM ELETRICIDADE!

# A Posse do novo presidente do Instituto Nacional do Mate

Tem novo Presidente o Instituto do Mate.

A escolha para dirigente máximo da autarquia ervateira, recaiu na pessoa do sr. PRETEXTATO TABORDA Junior, destacado homem público paranaense e de há muito afeito aos problemas do mate.

A posse de S. S., que se revestiu de expressiva solenidade, realizou-se no salão nobre do I. N. M.

Ao receber o cargo do antigo Presidente o sr. TABORDA Junior proferiu o seguinte discurso, que damos na íntegra:

Honrando com a escolha do senhor Presidente da República para dirigir o Instituto Nacional do Mate, sinto-me, ao assumir a presidência desta importante autarquia, dominado pelo desejo de empregar os meus esforços no sentido de obter bom êxito na missão que me foi confiada.

As mutações que ocorrem no campo econômico, com modificações substanciais inteiramente imprevisíveis, determinaram nos dias vertiginosos em que vivemos, as necessidades da criação de aparelhos reguladores que eliminassem os perigosos desajustes entre a produção e o consumo. Com a dupla finalidade de promover o equilíbrio estatístico e de influir na difusão do uso dessa riqueza nacional que é a erva mate, mediante a conquista de novos mercados, foi instituída esta autarquia. Se a primeira finalidade tem sido relativamente fácil de ser atingida, pois os termos da equação podem ser fixados com aproximado rigor, o problema da expansão ainda desafia uma solução adequada.

Por certo não faltou aos ilustres homens públicos que já exerceram difíceis funções de presidente deste Instituto, a capacidade necessária para imprimir encaminhamento satisfatório à questão. Mas não só a economia ervateira tem sido nos últimos anos fundamente golpeada, como também, segundo tenho conhecimento, os recursos de que dispõe o Instituto são exíguos para promover o programa de expansão que as circunstâncias impõem.

De minha parte não quero antecipar soluções, pois sem um conhecimento exato e detalhado das possibilidades atuais do aparelho cuja movimentação ficará a meu cargo, a atitude prudente é aquela que se restrinja à exposição de pontos básicos.

Tenho como certa uma afirmação do eminente governador Munhoz da Rocha, externada em recente discurso, de que os problemas brasileiros são simples problemas de prioridade. Vale dizer que é a urgência e a oportunidade que determinam a ação do detentor do Poder Público. Dentro deste critério indiscutível parece-me que o problema

da erva mate é um dos que fazem jús a essa preferência.

Defender a economia do produto, cimentar estreita colaboração entre produtores e industriais, ampliar o mercado interno, que ainda oferece as mais amplas perspectivas, consolidar mercados externos, já existentes, conquistar novos mercados no estrangeiro; eis o programa desta presidência, que se não traduz certamente idéias novas, pode sem dúvida comportar novas soluções.

Executando esse problema sem desfalecimentos ou vacilações, terei honrado o mandato que me foi confiado e, sobretudo, cumprido o meu dever.

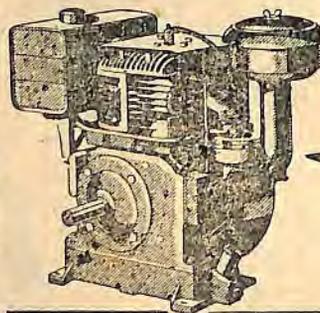
Sr. dr. Generoso Ponce Filho. Recebe de suas mãos a presidência deste Instituto. E ao fazê-lo, atendo às boas normas de justiça e cortesia saudando o brasileiro ilustre cuja atuação, no Parlamento Nacional e na alta administração, o situa entre os homens eminentes de nossa terra.

## BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina para fins Industriais e acionamento de Geradores e Bombas.



Grupos Geradores



Bombeamento



Industrial

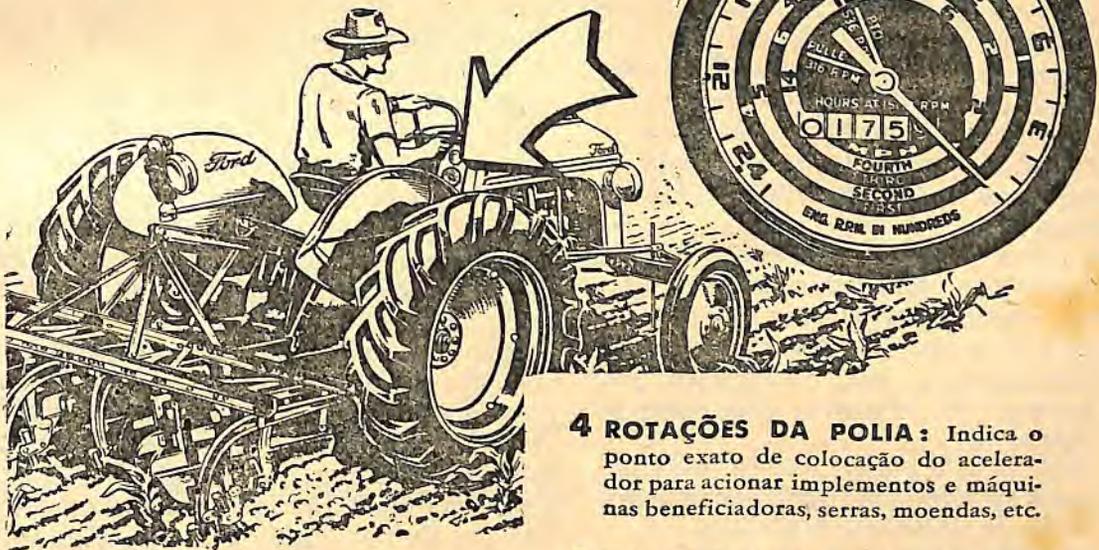


*Borghoff S. A.*

RIO DE JANEIRO  
Rua Riachuelo, 243  
SÃO PAULO  
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 6

# Só o Trator **FORD** tem o "CONTROLADOR DE SERVIÇO"

*-5 instrumentos em 1-*



**1 ROTAÇÕES DO MOTOR:** Facilita manter o número ideal de rotações para melhor tração com maior economia, em cada tipo de trabalho.

**2 VELOCIDADE DO TRATOR:** Assegura a manutenção da velocidade adequada para ceifar, plantar, etc.

**3 ROTAÇÕES DA TOMADA DE FÔRÇA:** Controla as rotações necessárias para o melhor funcionamento das ceifadeiras, colhedouras de milho, perfuradores de buracos, etc.

**4 ROTAÇÕES DA POLIA:** Indica o ponto exato de colocação do acelerador para acionar implementos e máquinas beneficiadoras, serras, moendas, etc.

**5 HORAS DE TRABALHO:** Assinala a hora exata de lubrificação, de troca de óleo do motor e transmissão; possibilita o controle de gastos. Agora você poderá controlar que o trator Ford trabalha mais — rende mais.

... e mais

as seguintes inovações:

NOVO Distribuidor • NOVO Carburador • NOVO Gerador • NOVOS Para-lamas • NOVO Regulador Automático de Velocidade • NOVA Bucha da Válvula de Escape da Bomba Hidráulica • NOVA Mola do Garfo de Mudança de Câmbio • NOVA Embreagem • NOVO Silencioso • NOVA Alavanca de Câmbio.



**FORD MOTOR COMPANY**

# Uma escola útil ao homem do campo

## O que realizou a Escola de Horticultura Wencesláo Bello em 1950

A Escola de Horticultura Wencesláo Bello, mantida na Penha, pela tradicional Sociedade Nacional de Agricultura, vem realizando, sem dúvida, um gigantesco trabalho em prol da difusão do ensino hortícola entre nós.

Contando com o auxílio do Ministério da Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, pôde ela, em 1950, continuar a grandiosa obra que, desde a sua fundação vem realizando no antigo Horto Frutícola da Penha.

O ano passado, matricularam-se em seus diferentes cursos, *oitocentos e vinte e cinco* alunos, assim distribuídos:

- a) *setenta e seis* alunos nos Cursos Permanentes, que funcionam sob regime de internato inteiramente gratuito;
- b) *seiscentos e quinze* alunos nos Cursos Práticos, que funcionam sob regime de externato gratuito;
- c) *noventa e quatro* alunos nos Cursos Avulsos e de Extensão, que funcionam sob regime de externato gratuito;
- d) *quarenta* alunos na Semana do Hortelão, sendo *vinte e cinco* sob regime de internato e *quinze* sob regime de externato, ambos inteiramente gratuitos.

Conforme se verifica, todos os seus cursos são inteiramente gratuitos, inclusive os Cursos Permanentes, destinados ao preparo de profissionais em hortalicicultura, em fruticultura e em floricultura, que, para poder atender aos filhos dos pequenos lavradores de todos os recantos do país, funcionam sob regime de internato.

### CURSOS PERMANENTES

Funcionaram, em 1950, os seguintes Cursos Permanentes:

- a) Curso Prévio, com a duração de um ano, destinado à seleção de alunos para os Cursos Profissionais. Nele matricularam-se *dezesseis* alunos.
- b) Curso de Hortelão, ministrado em

Reportagem para A LAVOURA, pelo Prof. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

dois anos, com *nove* alunos matriculados no primeiro ano e *vinte e um* no segundo ano;

- c) Curso de Fruticultor, ministrado em dois anos, com *quatro* alunos matriculados no primeiro ano e *dezesseis* no segundo ano;
- d) Curso de Floricultor, ministrado em dois anos, com *cinco* alunos matriculados no primeiro ano e *quatro* no segundo.

Dos *setenta e seis* alunos matriculados nos Cursos Permanentes, *trinta* foram provenientes do Estado de Goiás, *vinte e dois* do Espírito Santo, *dez* de Minas Gerais, *seis* do Distrito Federal, *dois* de Sergipe, *dois* do Pará, *dois* do Rio Grande do Sul, *um* de São Paulo e *um* do Estado do Rio.

Dos alunos submetidos a exame:

- a) *vinte* concluíram o Curso de Hortelão;
- b) *dezesseis* concluíram o Curso de Fruticultor;
- c) *quatro* concluíram o Curso de Floricultor;
- d) *quatro* foram promovidos para o 1.º ano dos Cursos Profissionais;
- e) *oito* foram promovidos para o 2.º ano do Curso de Hortelão;
- f) *quatro* foram promovidos para o 2.º ano do Curso de Floricultor;
- g) *quatro* foram promovidos para o segundo ano do Curso de Fruticultor.

### CURSOS PRÁTICOS

Durante o ano de 1950 foram ministrados na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, *vinte e quatro* Cursos Práticos sendo *dois* cursos de Apicultura com *setenta* matrículas; *dois* cursos de Cálculos e Medidas Agrárias com *cinquenta*

e cinco matrículas; um curso de Reflorestamento com *dezesseis* matrículas; dois cursos de Zoologia Agrícola, com *trinta* matrículas; um curso de Multiplicação Vegetal com *vinte e três* matrículas; um curso de Cultura de Raízes e Tubérculos Horticolas, com *trinta* matrículas; três cursos de Contabilidade Agrícola, com *oito* matrículas; um curso de Botânica Agrícola, com *vinte e uma* matrículas; um curso de Floricultura com *vinte e seis* matrículas; um curso de Cultura de Hortaliças Foliáceas, com *trinta e cinco* matrículas; um curso de Melhoramento do Solo, com *quinze* matrículas; um curso de Economia e Administração Rural, com *vinte e oito* matrículas; um curso de Restauração de Pomares, com *dezoito* matrículas; um curso de Organização de Herbários e Museus, com *treze* matrículas; um curso de Enxertia, com *trinta e duas* matrículas; um curso de Organização de Museus Zoológicos, com *vinte* matrículas; um curso de Organização de Pomares, com *trinta e oito* matrículas; um curso de Organização de Hortas Domésticas, com *quarenta* matrículas e um curso de Solos e Adubação, com *vinte e cinco* matrículas.

Dos *seiscentos e quinze* alunos matriculados, foram submetidos a exame e aprovados *trezentos e vinte e seis*.

## CURSOS AVULSOS E DE EXTENSÃO

Em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, realizou a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, dois Cursos Avulsos de Horticultura, dois Cursos Avulsos de Citricultura e dois Cursos de Extensão de Fruticultura.

Nos referidos cursos matricularam-se *noventa e quatro* alunos, dos quais, depois de submetidos a exame, foram aprovados *sessenta*.

## SEMANA DO HORTELÃO

Na Semana do Hortelão, realizada em colaboração com o Serviço de Informação Agrícola e a Fundação Getúlio Vargas, matricularam-se *quarenta* alunos, dos quais *vinte e cinco* sob regime de internato e *quinze* sob regime de externato.

Conforme se verifica, apesar dos exíguos recursos de que dispõe, tem conseguido a Escola de Horticultura Wenceslão Bello realizar um trabalho profícuo, digno dos maiores elogios.

A Sociedade Nacional de Agricultura, como sempre, está prestando, assim, através de seu modelar estabelecimento de ensino, mais um grande serviço ao país, que precisa, cada vez mais, de estabelecimentos de ensino profissional agrícola.

## CAMPANHA CONTRA FEBRE AFTOSA

Jorge Vaitsman  
Médico-Veterinário

A Aftosa é, no Brasil e em quase todos os países do mundo, um dos problemas que mais preocupam as autoridades responsáveis pelo estado sanitário dos rebanhos. A facilidade com que se dissemina, inutilizando para a produção pecuária milhares de animais ao mesmo tempo, torna a Febre Aftosa, realmente, a doença dos rebanhos que deve merecer a principal atenção dos governos. Por parte dos criadores, o interesse em afastar a Aftosa das suas fazendas, não é menor, e o êxito de qualquer campanha contra a doença dependerá, logicamente, do apoio que os criadores prestam às medidas das autoridades sanitárias. Sem este apoio, todo o trabalho será inútil, e a Aftosa continuará causando os prejuízos já bastante conhecidos.

Fazemos estes comentários tendo em vista a portaria n.º 116 do corrente ano, baixada pelo Ministério da Agricultura. Por esta portaria, as autoridades sanitárias revelam que irão iniciar uma campanha definitiva para eliminar a Aftosa de nossas pastagens. Além de anunciar a instalação de laboratórios oficiais em várias regiões do país, para pro-

ceder a vacinação, de seis em seis meses, dos rebanhos de gado leiteiro e de corte, a portaria prevê uma assistência veterinária mais efetiva e real junto às fazendas onde houver casos de doença.

O programa é vasto e poderá ser executado, mas, como acentuamos acima, o êxito dependerá do apoio que lhe prestar o nosso criador. Este apoio traduz-se em atender, por sua vez, a todas as exigências de ordem sanitária, como vacinação e quarentena de animais, proibição de trânsito de tropas, desinfecção de estábulos, galpões, abrigos, pocilgas, etc. onde tenham estado animais com aftosa, exigências essas que virão beneficiar o criador, pois visam combater, eficientemente, a Febre Aftosa.

A referida portaria classifica a Febre Aftosa como doença de "notificação obrigatória", isto é, o aparecimento de casos, mesmo suspeitos em qualquer fazenda de criação, granja leiteira, estábulo, etc., em bovinos, porcinos, ovinos e caprinos, deve ser imediatamente comunicado pelo respectivo proprietário, preposto ou responsável, à Inspetoria de Defesa Sanitária Animal, da região onde estiver localizada a propriedades, para medidas de defesa e combate à doença.

Doravante, portanto, a orientação do criador deve ser a que o texto legal o obriga e o seu interesse exige para obter a assistência veterinária, comunicar todo caso de Aftosa às autoridades regionais da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura.

# ATENÇÃO SENHORES FAZENDEIROS FLUMINENSES!

## O Imposto de transmissão inter-vivos no Estado do Rio de Janeiro

Atendendo ao apelo de numerosos fazendeiros e proprietários rurais do Estado do Rio de Janeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu, em 1948, um memorial do então Governador, Cel. Macedo Soares e Silva, pleiteando por injusta e desencorajadora das atividades rurais, a revogação da lei n. 49 A, de 6 de dezembro de 1947 e publicada no Diário Oficial do Estado de 18 do mesmo mês e ano, a qual estabelecia, no seu artigo 14:

“Art. 14 — O imposto de transmissão incide também sobre os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas, quando permanecerem no patrimônio destas por períodos superiores a 33 anos, cobrando-se-lhes a taxa de 4%.

§ 1.º — Os períodos de 33 anos contam-se a partir da data da incorporação do imóvel ou imóveis ao patrimônio da sociedade, seja a que título fôr.

§ 2.º — Para os imóveis que há 33 anos, ou mais, estejam incorporados a qualquer título ao patrimônio de pessoa jurídica, o imposto é devido na data em que entrar em vigor esta lei, pelo primeiro período, contando-se os demais a partir do dia imediato, para os incorporados ou adquiridos há menos de 33 anos, contam-se

os períodos a partir da data da incorporação ou aquisição.

§ 3.º — A transformação do tipo ou espécie jurídica da sociedade e as modificações no respectivo contrato ou estatutos não interrompem o cômputo do período.

§ 4.º — O imposto a que se refere este artigo é exigível das sociedades anônimas mencionadas no art. 3.º, bem como das pessoas jurídicas que, sem objeto de lucro ou remuneração, tiverem finalidade caritativa, cultural ou esportiva”.

Tem a seguinte redação o art. 3.º da Lei n. 49-A, referido no § 4.º do art. 14:

“Art. 3.º — E’ também devido o imposto de transmissão “inter-vivos” na alienação de ações de sociedades anônimas que tenham por objeto a compra e venda de propriedade imóvel ou a exploração de prédios urbanos ou edifícios de apartamentos, na cessão dos direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto e exigível o preço e, na cessão de contrato de promessa de venda, contenha este ou não autorização para que o compromissário indique terceiro, que não o nominalmente indicado no mesmo, para receber a escritura definitiva.

Parágrafo único — Nos casos previstos neste arti-

go, a base para cobrança do imposto será o valor da alienação, transferência ou cessão”.

Reconhecendo a legitimidade e a justiça das razões expostas pela Sociedade Nacional de Agricultura, e depois de competente Mensagem à Assembléia Legislativa, esta votou e o Executivo sancionou a lei n. 892, de 11 de Junho do ano passado (Diário Oficial do Estado, da mesma data, n. 5.673), que estabelece:

“Art. 1.º — O imposto que recai sobre os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas, na forma do disposto no art. 14 da Lei n. 49-A, de 6 de dezembro de 1947, será arrecadado com a redução de 60%, desde que se efetue o pagamento no prazo de um ano, a partir da data em que fôr devido; com a redução de 40% se efetuado no prazo de dois anos e com a de 20% se dentro do prazo de três anos.

§ 1.º — O pagamento do imposto poderá ser efetuado em prestações, que serão fixadas pelo Secretário das Finanças, em requerimento do interessado.

§ 2.º — A falta do pagamento de qualquer das prestações, na época determinada, importará no vencimento automático da dívida restante, que, acrescida da multa moratória de

10%, será cobrada executivamente.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário”.

Na oportunidade, o Departamento de Renda baixou às Inspetorias de Rendas as recomendações que se seguem, em virtude de ter observado que não se vinham fazendo os recolhimentos na forma prevista na lei:

“a) — diligenciar para que fossem cadastradas as pessoas jurídicas em cujo patrimônio permanecessem imóveis por período ou períodos superiores a 33 anos;

b) — convidar, à proporção que fossem identificadas, as sociedades sujeitas ao imposto e recolhê-lo dentro do prazo de 30 dias;

c) — apresentar ao Departamento da Renda relatório a respeito do assunto, a fim de possibilitá-lo ajuizar do cumprimento das providências recomendadas.

No correr dos prazos fixados pelas Inspetorias de Rendas foram impetrados, por diversas firmas, mandados de segurança arguindo inconstitucionalidade dos dispositivos legais apontados, não havendo conhecimento até agora da solução dada a qualquer deles”.

Recentemente, um de nossos associados, com grande propriedade agrícola no Município de Rezende, recebeu do Fiscal de Rendas local, carta comunicando-lhe, em virtude de ordens do Chefe de Inspetoria de Rendas da 8ª Zona, Barra Mansa, que “em 18 de dezembro de

1950 exgotou-se o prazo para o recolhimento, aos cofres do Estado, “do imposto de transmissão devido pela permanência, há mais de trinta e três anos, em seu patrimônio, de imóveis rurais”, tudo nos termos da citada lei n. 49-A — que, como vimos, foi fundamentalmente modificada pela também citada lei 892.

Este aviso da Sociedade Nacional de Agricultura aos seus associados e, em geral, aos proprietários rurais do Estado, é também extensivo aos responsáveis pela exação fiscal fluminense, uns e outros ciosos dos seus direitos e deveres, mas nem sempre bem ao par, como se vê, das modificações introduzidas na legislação que lhes é pertinente.

## MALZBIER da BRAHMA



*enriquece qualquer refeição!*

É verdade! Malzbier da Brahma duplica o valor nutritivo do seu lanche... enriquece o seu almoço... e valoriza o seu jantar... Rica em malte, Malzbier da Brahma tem alto valor energético. Enriqueça suas refeições com a saborosa Malzbier da Brahma!

GARRAFAS OU  
1/2 GARRAFAS

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA S. A.

# AVICULTURA

Heráclides Araujo Andrade

A avicultura em nosso país vem se desenvolvendo extraordinariamente nesses últimos anos e é o grande número de avicultores que têm obtido êxito nessa rendosa fonte de produção.

Conhecemos, todavia, alguns proprietários de granjas e sítios que se dedicaram à avicultura para depois desistirem dos seus propositos, em vista dos prejuizos que tiveram ao tentarem explorar esse ramo da pecuária.

A causa desse insucesso reside exatamente na não observância dos princípios técnicos e normas de trabalho, indispensáveis a qualquer atividade no sector da agro-pecuária e que abaixo focalizamos alguns pontos principais, como sejam: ALIMENTAÇÃO, SELEÇÃO, CONSTRUÇÃO e HIGIENE.

## ALIMENTAÇÃO

A fim de que se possa criar galinhas para o corte, produção de ovos ou reprodução, é necessário que se dê grande atenção à alimentação, pois é na escolha dos elementos nutritivos, como proteínas, hidratos de carbono, gorduras, cálcio, etc., que entram na composição das rações, para fins de reprodução ou outro qualquer, que se obtém o êxito desejado. A ausência desses elementos determina de imediato uma queda brusca no nível de produção da raça.

## SELEÇÃO

Quanto à parte técnica, é indispensável que o galinicultor observe o seguinte: seleção de reprodutores, que consiste na escolha de frangos e frangas descendentes de pais com "pedigree", isto é, de galo e galinha, cuja linhagem seja de procedência conhecida, com o controle de alta produção e sanidade comprovadas.

Não se deve esquecer a organização de um fichário completo, a fim de que possam ser anotadas a procedência, raça, ascendência, data do nascimento, postura, etc. das aves; isto facilita ao avicultor, pois a qualquer momento ele sabe quais as aves que tiveram maior número de postura durante o ano, bem como as melhores raças que poderão ser destinadas à reprodução.

Quanto se tem uma criação extensiva é conveniente que seja feita a escolha das melhores aves para fins a que acima nos referimos.

A aquisição de pintos de um dia deve ser feita em granjas idôneas, que, periodicamente solicitem à Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura ou às Secretarias de Agricultura nos Estados, exames de pulrose e neurolinfomatose nas aves, apresentando o certificado de sanidade passado pela repartição competente; caso contrário inexperiente está sujeito a perder o seu capital e o tempo com as aventuais doenças que poderão surgir na criação que adquiriu.

## CONSTRUÇÃO

A construção de aviários deve obedecer a vários fatores. O local mais aconselhável para instalação de aviários, pinteiros, casas-colônias, etc. deve ser nos terrenos altos ou encostas de morros protegidos dos ventos fortes e úmidos. É também indispensável que os aviários sejam construídos do lado em que o sol nasce, a fim de que possam os mesmos receber bastante sol pela manhã.

Quanto ao material destinado à construção dos aviários, deve-se levar em conta a quantidade de aves a criar e as possibilidades de negócio que o meio oferece, sendo de preferência que se construa casas-colônia, pinteiros, gualpões, etc. procurando fazer os menores gastos possíveis.

## HIGIENE

Outro ponto que reputamos de grande importância é a questão de higiene. A falta de higiene nas criações, de um modo geral, é que concorre para as grandes mortandades, anulando o estímulo e o esforço do criador, razão por que, é necessário que se faça uma limpeza rigorosa nos aviários, diariamente.

Modernamente adota-se o sistema de criação em confinamento, isto é, as aves são criadas em aviários apropriados, onde a ração é distribuída fartamente e a água é servida em bebedouros pelo lado externo do galinheiro, muitos dos quais de água corrente. Esse sistema de confinamento é muito econômico, pois ocupa menos espaço, economiza a mão de obra e aproveita-se todo o esterco das aves.

As casas destinadas ao confinamento são construídas em cima de pilastras com altura média de 60 a 80 centímetros, com um estrado de ripa, bambu ou tábuas que serve de piso para as galinhas.

O esterco, detritos, etc., dão um excelente adubo e a fim de que as enxurradas não carreguem todo o esterco, faz-se uma vala em torno dos galinheiros.

É preciso notar que as aves criadas pelo sistema de confinamento, se desenvolvem mais, apresentam maior nível de produção e menor índice de infestação o que se dá com as criadas soltas no campo.

As aves suspeitas devem ser retiradas para um outro local, a fim de evitar um surto de qualquer doença.

Quanto à ração, essa deve ser elaborada na própria granja e até mesmo parte da matéria prima deve ser produzida no local, a fim de que o avicultor não seja obrigado a recorrer ao comércio.

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, fornece informações aos avicultores sobre produção e elaboração de forragens na própria granja.

# Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

## NOVOS PROFISSIONAIS

Concluíram os cursos profissionais da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, vinte hortelões, dezessete fruticultores e quatro floricultores.

## PARANINFO DOS DIPLOMANDOS DE 1950

Paraninfou a turma de diplomandos de 1950, o Dr. Cinéas Lima Guimarães, Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, membro da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura e grande amigo da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

## CURSOS PRÁTICOS EM 1950

Nos Cursos Práticos mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello da Sociedade Nacional de Agricultura pela Fundação Getúlio Vargas, matricularam-se seiscentos e quinze alunos, dos quais foram aprovados nos exames trezentos e vinte e seis alunos.

## CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE RURAL

A Universidade Rural realizou, o ano passado, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, seis Cursos, sendo dois Cursos Avulsos de Horticultura,

dois Cursos de Extensão de Fruticultura e dois Cursos Avulsos de Citricultura.

## ATIVIDADES DO CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMOM

Foram muito proveitosas as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmom, durante o ano de 1950. Constituído pelos alunos internos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e orientado pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, tem o Clube Agrícola Miguel Calmom, dentro de seus elevados objetivos, realizado um trabalho muito profícuo.

## COMISSÃO DE ESTUDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO HOMEM RURAL

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello está representada na comissão designada pela Sociedade Nacional de Agricultura para fazer estudos sobre a Assistência Social ao Homem Rural, pelo seu Diretor, Prof. Antonio de Arruda Câmara e pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

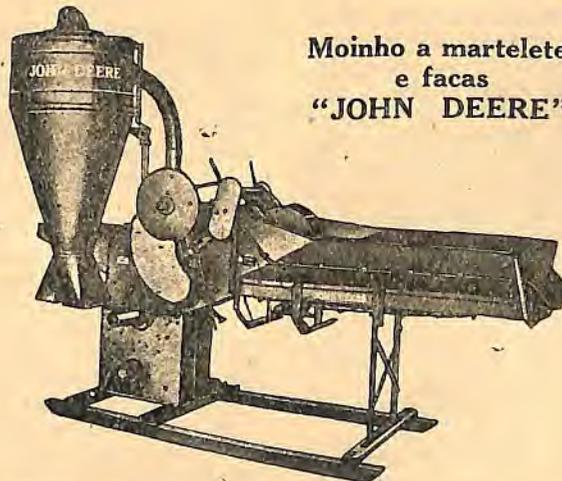
## CURSO AVULSO DE CITRICULTURA

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, enviou à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, o relatório final do Curso Avulso de Citricultura, a cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

## TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

### CATERPILLAR

### JOHN DEERE E ROME PLOW



Moinho a marteletes  
e facas  
"JOHN DEERE"

## Sotreq S. A. de Tratores e Equipamentos

Av. Brasil, 9200  
Rio de Janeiro

Rua Rio Grande do Sul, 137  
— Belo Horizonte, M. G.

Praça Marechal Deodoro, 40  
— Campos, E. R.

Vitoria, E. S. —  
Caixa Postal, 483

Uberlândia, M. G. —  
Caixa Postal, 370

# Adubação verde

Assim se denomina o emprego de certas plantas (Leguminosas), que são enterradas por ocasião da florescência, tendo por fim principal enriquecer o solo com azoto.

Vantagens principais da adubação verde: 1.º enriquecer o solo com azoto; 2.º ser econômica relativamente, porquanto o azoto é o elemento fertilizante mais caro; 3.º fornecer uma massa de matéria orgânica mais ou menos copiosa ao solo, sendo objeto de particular vantagem para o café; 4.º acelerar ou concorrer para a mobilização dos principais minerais do solo; 5.º melhorar as propriedades físicas do solo.

Pelo papel representado na nutrição vegetal, constituir a restituição do azoto ao solo assunto sempre no mais vivo interesse nas pesquisas dos experimentadores, estudando-se os meios de evitar o seu desequilíbrio.

A princípio, admitiu-se como sendo o solo o único reservatório de azoto. Mas, si assim fosse, as terras em pouco tempo estariam empobrecidas, fato que, como sabemos, não acontece, permanecendo a fertilidade quasi que intacta. Como interviria, portanto, o azoto? Eis o assunto que formou o objeto capital de inúmeras perquisições de gloriosos experimentadores, como Berthelot, Bous-singault, Béral, Schloesing filho, Hellriegel, Wil-farth e vários outros.

Como conclusão final sabe-se hoje: 1.º que as águas das chuvas contém pequena quantidade de azoto amoniacal existente na atmosfera (pesqui-zas de Bous-singault); 2.º a terra pode fixar uma certa quantidade de azoto livre por intermédio de micróbios especiais (trabalhos de Berthelot); 3.º que certos vegetais tem a propriedade de nutrir-se diretamente com o azoto gazo (pesquisas de Hellriegel e Wilfarth).

Durante algum tempo adquiriu caráter inex-plicável o fenômeno de que certas plantas da sub-família das papilionáceas, Leguminosas gozassem da importante propriedade de desenvolver-se sem adubo azotado que, uma vez enterradas, aumen-tassem a fertilidade do solo. Sómente em 1886, quanto tais observações datam da antiguidade, foi que dois notáveis sábios alemães, Hellriegel e Wil-farth, cujos trabalhos foram confirmados por Schlesing filho, Laurent, Béral, demonstraram com célebres experiências, que as Leguminosas possuíam nas raízes pequenas tumescências (nodosidades) contendo bactérias (*Rhizobium leguminosarum*) vi-vendo em simbiose e que, emquanto recebiam hidratos de carbão, forneciam em troca da hospita-lidade o azoto aprisionado na atmosfera. Quer se trate ou não de um fenômeno simbiótico ou bem assim de um parasitismo, havendo mesmo os tra-balhos do norte americano Thomaz Jamieson que nega a formação das nodosidades por bactérias, mas por fungos, é certo que as Leguminosas por si mesma fixam o azoto, e não podemos, apesar da inexistência de prova experimental irrecusável, ne-gar o valor da adubação verde.

Agora que diremos da sua aplicação na cultu-ra cafeeira? Deixemos que fale o notável Dr. Da-ferri: "Ao emprego da adubação verde na cultura cafeeira opõem-se duas dificuldades, que deixam

em dúvida, mesmo pelo lado técnico, a consecução de um efeito completo. Não se deve olvidar que na cultura das plantas arbustivas, muito diferente da do trigo e outras semelhantes, não se devem enterrar as mondas, como estrume verde, junto da planta que se quer estrumar, mas sómente entre as, linhas, a distância bastante grande do pião (raiz mestra)."

Entre as Leguminosas utilizadas na adubação verde citaremos as seguintes, como principais: her-vilha de vaca (*Vigna cattjang*), feijão da Florida (*Mucuna utilis*), amendoim rasteiro (*Arachis pros-trata*), tremoços (*Lupinus*). Vegetam bem no nosso clima e fornecem copiosa soma de matéria orgâ-nica e azoto. Na cultura cafeeira têm sido emprega-dos o feijão da Florida (*Mucuna utilis*) e os tre-moços.

Experiências efetuadas, conduzem-nos a consi-derar como de vantagem a aplicação do tremoço devido á sua riqueza em matéria orgânica, á faci-lidade de absorver o azoto e, bem assim, em de-compor-se quanto enterrado. Existem três espé-cies de tremoços: Branco, amarelo e azul.

Diversos fazendeiros têm empregado com suces-so o tremoço. Corta-se quando em flôr, período em que se apresenta com mais abundância de ma-teria orgânica e riqueza em azoto, havendo proba-bilidade em decompor-se com rapidez. Aberto um sulco no meio das linhas, vai-se colocando-o as-sim opera-se, cobrindo em seguida.

## SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

### Assembléia Geral Ordinaria

Aos associados da S. N. A., foram enviados, em data de 26 de fevereiro, a seguinte circular:

"Tenho o prazer de convidá-lo para a Assem-bléia Geral Ordinária que, em 1.ª convocação, se realizará na sede desta Sociedade, á Avenida Franklin Roosevelt n.º 115, 6.º andar, ás 17 horas do dia 1.º de março do corrente ano, para a se-guinte ordem do dia:

- a) — leitura do Relatório da Diretoria;
- b) — parecer da Comissão de Contas;
- c) — eleição da nova Diretoria e Conselho Superior para o biênio 1951-1952;
- d) — interesses sociais.

Juntamos um modelo de procuração para, no caso de não lhe ser possível comparecer pessoal-mente, designar um representante, que poderá ser escolhido dentre os diretores da relação inclusa. De acôrdo com o art. 56 dos Estatutos, caso não haja número (2/3 dos sócios quites) na 1.ª con-vocação, fica o prezado consócio desde já convidado para a mesma Assembléia, em 2.ª e última con-vocação, a realizar-se ás mesmas horas e no mesmo local, no dia 29 do referido mês de março.

Antecipando agradecimentos, aproveito o en-sêjo para reiterar-lhe os protestos de minha ele-vada estima e consideração.

(Arthur Torres Filho) — Presidente

## Concurso de Monografias sobre a Lagarta Rosada

A Comissão Especial do Algodão, levando em conta a necessidade de melhor conhecimento da biologia da lagarta rosada e suas repercussões na economia algodoeira do Estado de São Paulo, a fim de se poderem criar condições favoráveis ao combate amplo, sistemático, da terrível praga, resolve instituir um Concurso de Monografias sobre essa praga, nas seguintes bases:

1 — *Trabalho sobre a lagarta rosada:* — Especializado, destinado às Estações Experimentais, Institutos Agrônomicos, Escolas Agrícolas, Departamentos Técnicos Entomológicos e outros estabelecimentos agrícolas do país.

2 — *Trabalho sobre a lagarta rosada:* — De caráter prático, mas suficientemente técnico, destinado ao grande público, visando a criação de condições apropriadas ao combate amplo à praga, através da cooperação de todas as classes ou entidades direta ou indiretamente interessadas na sobrevivência da lavoura algodoeira paulista.

3 — *Trabalho sobre a lagarta rosada:* — Destinados aos lavradores, especialmente os pequenos agricultores, contendo todos os ensinamentos possíveis sobre a lagarta rosada, de fácil compreensão, suficientemente claro e ilustrado, visando mostrar os melhores processos de combate à praga e as recomendações práticas de sua eliminação ou controle.

O primeiro trabalho deverá conter cerca de trinta páginas datilografadas, ilustrado, documentado, sobre a vida, meios de propagação, combate, profilaxia e tudo quanto se relacionar com o desenvolvimento da praga em nosso meio, com os respectivos métodos de combate.

O segundo trabalho deverá conter cerca de 15 páginas também datilografadas e deverá revestir-se, sobretudo, de caráter prático, de leitura fácil e compreensível ao grande público, mostrando os perigos da praga e a necessidade de uma ação geral para a sua extirpação em nossos meios.

O terceiro trabalho deverá conter 5 a 10 páginas, em linguagem acessível a pequenos lavradores — sítiantes, meeiros, arrendatários — visando acima de tudo mostrar os meios mais eficientes de combate à praga, nas condições atuais do Estado de São Paulo.

### PRÊMIOS

Ao 1.º trabalho serão concedidos os seguintes prêmios:

1.º lugar ..... Cr\$ 12.000,00

2.º lugar ..... Cr\$ 6.000,00

Ao 2.º trabalho serão concedidos os seguintes prêmios:

1.º lugar ..... Cr\$ 7.000,00

2.º lugar ..... Cr\$ 5.000,00

Ao 3.º trabalho serão concedidos os seguintes prêmios:

1.º lugar ..... Cr\$ 7.000,00

2.º lugar ..... Cr\$ 5.000,00

### CONDIÇÕES DO CONCURSO

Os dois primeiros trabalhos deverão ser apresentados à Comissão Especial do Algodão, até o dia 30 de Março de 1951, em três vias, datilografadas, em língua portuguesa, com todas as páginas devidamente rubricadas e numeradas, devendo o nome do autor com respectivo endereço e credenciais constar de carta fechada, anexa ao trabalho, a qual só será aberta depois de seu julgamento pela Comissão Especial.

O terceiro trabalho deverá ser apresentado à Comissão, 30 dias após o julgamento dos dois primeiros, em data previamente marcada.

Poderão inscrever-se ao primeiro trabalho agrônomos ou engenheiros agrônomos, entomologistas ou biólogos, melhoristas, os quais deverão mencionar seus títulos, na carta fechada que acompanhará o estudo apresentado.

Poderão inscrever-se ao segundo trabalho professores, de preferência de Escolas Agrícolas de qualquer grau, agrônomos ou engenheiros agrônomos, cientistas, economistas rurais.

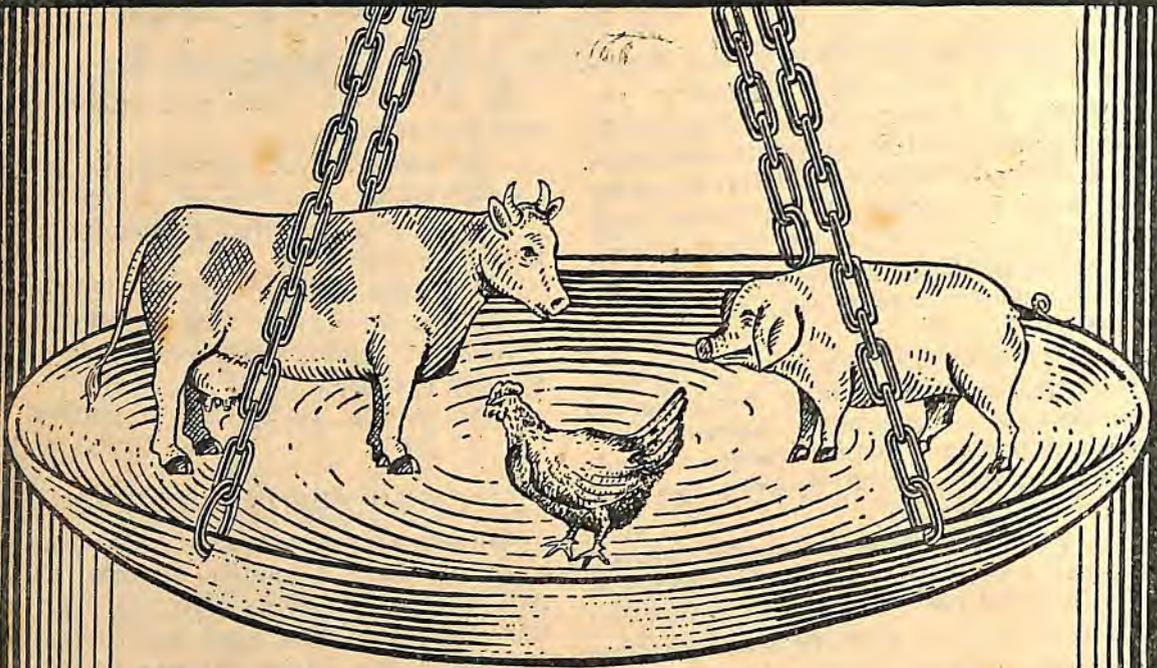
Para o terceiro trabalho será facultada a inscrição a qualquer pessoa devidamente credenciada, sem necessidade de título.

### PAGAMENTO DOS PRÊMIOS

Os prêmios, depois de aprovada a classificação pela Comissão, serão pagos, em dinheiro, sendo os respectivos trabalhos publicados a expensas da Comissão, para venda ou distribuição aos interessados, ficando pertencentes à Comissão os respectivos direitos autorais.

São Paulo, 22-12-1950.





# DEVOLVENDO

ao dono o seu  
pêso em **OURO!**

## TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras,  
cabras e coelhos.

## TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açogue.

## TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS  
BONS PRODUTOS  
BOM RENDIMENTO



# Mais de 3 bilhões de cruzeiros em empréstimos

A situação da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, de acordo com  
— o balanço geral em dezembro de 1950 —

A divulgação pela Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, dos seus documentos sobre o segundo semestre de 1950, demonstra o equilíbrio que orientou a aplicação das economias entregues à guarda da instituição, sempre cautelosa no sentido de evitar o acréscimo dos empréstimos sem a respectiva majoração dos depósitos.

## SIMPATIA POPULAR

Os depósitos são os elementos que melhor exprimiu o grau de simpatia de grandes núcleos da população pelas atividades de uma instituição de crédito como a Caixa Econômica. Nos últimos seis meses de 1950 os depósitos na Caixa Econômica quase alcançaram o total de quatro bilhões de cruzeiros, com um acréscimo de 204 milhões em relação ao semestre anterior. De todas as modalidades de depósitos, foram os “populares” os que apresentaram maior índice de aumento, passando de 2.906 milhões para 3.039 milhões, o que significa um acréscimo de pouco mais de 133 milhões.

## AUMENTOS GERAIS

Os depósitos de movimento também assinalaram um acréscimo significativo, subindo de 289 milhões para 380 milhões, isto é, apresentaram um aumento de 91 milhões.

Mais três categorias de depósitos assinalaram no segundo exercício de 1950 aumentos auspiciosos: os “escolares” que se mantiveram na cifra dos 11 milhões mas aumentaram em 190 mil cruzeiros; os “especiais” que de 34 milhões passaram para 40 milhões, com acréscimo de quase 6 milhões; e, finalmente, os “compulsórios”, que tiveram um aumento de quase 7 milhões de cruzeiros, registrando no último balanço um saldo de 110 milhões.

## QUASE 4 BILHÕES

Somente duas modalidades de depósitos — sem incluir os “em liquidação” que,

como a própria denominação indica, tendem a extinguir-se no decorrer dos exercícios, registraram em dezembro de 1950 saldos inferiores ao do semestre anterior; os de “aviso prévio” que decresceram 32 milhões assinalando um saldo de 294 milhões contra 327 nos primeiros meses de 1950; e os “de prazo fixo” que se conservaram no total de 93 milhões, porém com decréscimo de 59 mil cruzeiros em face do exercício anterior.

Com o acréscimo de 204 milhões em relação ao exercício anterior, os depósitos na Caixa Econômica, ao encerrar-se o segundo semestre de 1950, quase alcançaram o total de 4 bilhões de cruzeiros, ou, em números exatos, Cr\$ 3.978.152.912,10.

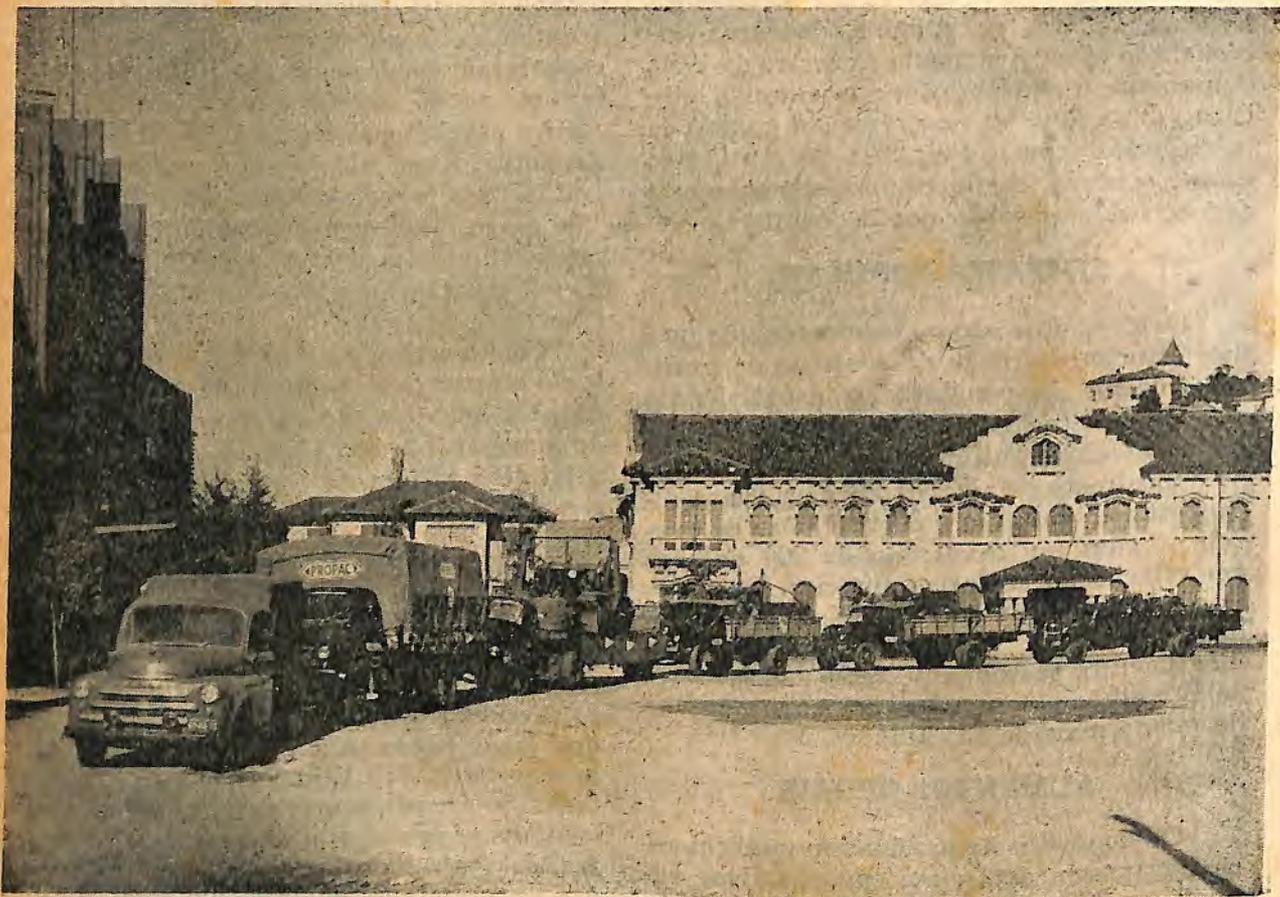
## 80 MILHÕES DE JUROS PAGOS

Sendo os depósitos populares os que apresentam maior parcela no total das economias entregues à Caixa Econômica, a eles também coube a parte mais ponderável dos juros pagos pela instituição, nos últimos seis meses de 1950. Foram quase 64 milhões de cruzeiros que a Caixa Econômica capitalizou ao encerrar-se o segundo semestre, os quais somados às demais modalidades de juros apresentaram um total superior a 80 milhões de cruzeiros.

## DESPESA GERAL

Uma instituição como a Caixa Econômica que estende suas atividades por todos os bairros da nossa metrópole exige para a sua manutenção variadas verbas de pessoal, material e de patrimônio. Incluindo o pagamento dos juros no exercício semestral a Caixa registrou uma despesa geral de 144 milhões de cruzeiros contra uma receita de 178 milhões, o que deu um resultado econômico de pouco mais de 34 milhões, distribuídos pelo patrimônio e fundo de reserva (parcelas de Cr\$ 10.268.811,80) e fundo de reserva (Cr\$ 13.691.749,20).

# As máquinas "Allis-Chalmers" na mecanização da lavoura



*A "Caravana Propac" chega a Juiz de Fora*

Pioneira de demonstrações práticas da aplicação de máquinas agrícolas no desenvolvimento da produção, a "Propac" tem anualmente enviado ao interior sua "Caravana" com máquinas "Allis-Chalmers" de vários tipos, percorrendo milhares de quilômetros, visitando centenas de cidades e fazendo dezenas de demonstrações em fazendas e sedes de municípios.

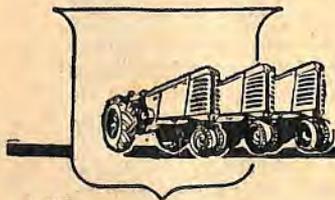
# Na vanguarda da Mecanização Agrícola



**TRATORES  
DE RODAS**

# OLIVER

*Consultem-nos, que lhes forneceremos, sem compromisso, folhetos e orçamentos de arados, grades, trilhadeiras, combines, terraceadores, niveladoras, reboques, scyapers, trailbuilders, etc.*



J. 022

Notavelmente representada pelos modelos 66, 77 e 88, desenvolvendo, respectivamente, as potências de 18,5, 28 e 36 HP, a linha de tratores de rodas OLIVER, técnica e economicamente, atende ao crescente desenvolvimento das máquinas e equipamentos industriais e agrícolas, que exigem o máximo rendimento das unidades motrizes.

Estes tratores, conforme a disposição das rodas dianteiras, podem ser fornecidos em três tipos diferentes: "Standard", "Row Crop" e "High Clearance", sendo o último de bitola ajustável nos eixos traseiro e dianteiro.

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

## MESBLA

Rua Evaristo da Veiga, 65/67 - Rio

## Consultas e Informações

### PIOLHOS FARINHENTOS DA FRUTA DE CONDE

Esclarecido ao Sr. J. B., nosso consórcio em Santa Catarina, informo que vários piolhos farinhentos atacam a fruta de conde, entre os quais podemos citar o *Aleurodicus neglectus*, o *Caraleurodicus Moreira*, etc. Para combater esses insetos que atacam as folhas e os ramos, aconselhamos o uso de caldas nicotinadas.

### CLIMA E SOLO DA JAQUEIRA

Respondendo ao Sr. S. C., nosso consórcio do Distrito Federal, temos a informar que:

- a) a jaqueira é pouco exigente quanto às condições climáticas, apesar de preferir, como é natural, as zonas quentes;
- b) realmente, a jaqueira é bastante resistente ao frio;
- c) quanto ao solo, também conquanto pouco exigente, prefere os terrenos férteis, permeáveis e frescos.

### ENXERTIA DO SAPOTIZEIRO

Respondendo ao Sr. J. G., do Estado da Paraíba, tenho a informar que o sapotizeiro pode ser enxertado sobre o próprio

Engenheiro Agrônomo  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA  
Consultor Técnico de A LAVOURA

sapotizeiro de pé franco, por meio de encostia ou garfagem em fenda.

### AFOLHAMENTO EM HORTICULTURA

Esclarecendo ao Sr. S. O. C., nosso consórcio do Distrito Federal, tenho a informar que o afolhamento é, realmente, uma prática muito recomendável em horticultura. É a chamada rotação de culturas, não só fazendo-se suceder, no mesmo terreno, plantas de famílias diversas, como também, fazendo-se suceder a cultura de hortaliças de folhas, por hortaliças de tubérculos ou de frutos e assim sucessivamente, visando o melhor aproveitamento do terreno.

### MULTIPLICAÇÃO DAS PLANTAS POR ESTACAS

Respondendo ao Sr. M. R., nosso consórcio do Espírito Santo, tenho a informar que já se encontra a venda o livro "Multiplicação das plantas: Estacas, mergulhos e alporques", contendo tudo quanto o consulente deseja.

## Um livro útil e oportuno

### Multiplicação de plantas — Estacas, mergulhos e alporques

A editora Gertum Carneiro, acaba de iniciar a sua Coleção Agrícola, com um interessante e oportuno livro de setenta e três páginas contendo setenta e sete ilustrações, de autoria do Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura, Wenceslão Bello, Redator Técnico desta Revista e Membro da Diretoria Técnica da Sociedade Nacional de Agricultura.

Prefaciando o referido livro, o Professor Arthur Torres Filho, Catedrático da Universidade Rural e Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, assim se expressou:

"É com grande satisfação que, por gentileza do autor, cabe-me dizer algumas palavras a respeito do livro "Como obter boas mudas por meio de estacas, mergulhos e alporques."

Trata-se de um trabalho de incontestável utilidade.

Os processos de multiplicação vegetal considerados no magnífico livro com muita clareza, objetividade e precisão, devem ser bem conhecidos daqueles que desejam concorrer para a melhoria de nossa produção, principalmente nos setores da fruticultura e da floricultura.

É conhecido o fato da aquisição de tais conhecimentos só poder ser conseguida, geralmente,

através de uma literatura rara e nem sempre ao alcance do homem do campo.

O presente volume, veio, justamente, vulgarizar tais conhecimentos, pois, bastante objetivo e muito ilustrado, orientará, de uma maneira segura, aqueles que precisam recorrer a multiplicação das plantas por estaquia e mergulhia.

Sou, portanto, levado a congratular-me com a Editora Gertum Carneiro S. A. não só pela feliz iniciativa do lançamento de uma Coleção Agrícola que será de grande utilidade e oportunidade para a nossa classe, como também pela escolha do primeiro volume, de autoria de um meu ex-aluno, competente e experimentado Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura.

A Coleção Agrícola que tão auspiciosamente se inicia está destinada a alcançar grande sucesso em um país como o nosso que vive do trabalho agrícola e que precisa, por isso mesmo, adotar cada vez mais, processos racionais e melhorados que beneficiem o esforço daqueles que labutam no campo e concorrem para o progresso da agricultura."

O referido livro pode ser adquirido nas livrarias ou, diretamente na Editora Gertum Carneiro, na Rua México 128, sobreloja 3, Rio de Janeiro, que atende, também, pelo reembolso postal.



# Via RADIOBRAS

**O Serviço Radiotelegráfico  
e Radiotelefônico**

**Direto que alcança o mundo inteiro.**

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, estando no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos ou Recife, chame um mensageiro da "Via

**RADIOBRAS"**

ou estando numa cidade marque outra indicação (gratuita)

**VIA RADIOBRAS**

antes do endereço do seu telegrama e entregue o mesmo ao Escritório telegráfico mais próximo.

**CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA**

Av. Rio Branco, 48  
Av. Rio Branco, 243  
Tel. 23-2177  
Av. Atlantica, 1602:A

**S. PAULO**  
Rua S. Bento, 357  
Tel. 3-4111

**SANTOS**  
R. 15 de Novembro, 86  
Tel. 2-7194

**RECIFE**  
Av. Rio Branco, 162  
Tel. 9291



# PRODUTOS VETERINÁRIOS

O INSTITUTO PINHEIROS

(Caixa Postal, 951 - São Paulo)

apresenta aos Srs. Veterinários, Fazendeiros e Farmacêuticos os seguintes produtos:

**SULFAGUANIDINA:** Indicação: curativa das diarreias infecciosas dos animais domésticos.  
Apresentação: embalagem com 10 e 100 comprimidos de 0,60 g.

**VACINA CONTRA MANQUEIRA:** Indicação: prevenção do Carbúnculo sintomático.  
Apresentação: ampolas com 10 cm<sup>3</sup> e frascos com 100 cm<sup>3</sup>.

**SÔRO ANTI-TETÂNICO:** Indicação: prevenção do tétano.  
Apresentação: ampolas com 20 cm<sup>3</sup> (1 500 U. A.).

**T E R N E R I N A:** Indicação: preventiva e curativa da diarreia infecciosa dos bezerras.  
Apresentação: Caixas de 4 e 48 frascos com 100 cm<sup>3</sup>

**VACINA ANTIRRÁBICA VETERINÁRIA:** Indicação: prevenção da raiva dos animais domésticos.  
Apresentação: ampolas com 5 cm<sup>3</sup> 10 cm<sup>3</sup> e frascos com 100 cm<sup>3</sup>

**VACINA CONTRA A BRUCELLOSE:** Indicação: prevenção do aborto epizootico ou brucellose bovina.  
Apresentação: ampolas com 20 cm<sup>3</sup> e frascos com 100 cm<sup>3</sup>

**VACINA CRISTAL VIOLETA CONTRA A PESTE SUINA:** Indicação: prevenção da Peste Suína.  
Apresentação: ampolas com 10 cm<sup>3</sup> e frascos com 100 cm<sup>3</sup>

**STILBESTROL:** Indicação: hormônio sintético que provoca o cio, elimina placenta retida, etc.  
Apresentação: caixa com 5 e 50 ampolas com 2 cm<sup>3</sup> contendo 5 mg por ampola.

Quaisquer consultas sobre os mesmos, bem como sobre as doenças dos animais domésticos, serão prontamente respondidas pelo Departamento de Veterinária.

Pelo sistema de reembolso postal, o Instituto Pinheiros atenderá diretamente a todos os pedidos de seus produtos, quando não encontrados na localidade de residência do solicitante.

